



UNIVERSIDADE FEDERAL FRONTEIRA SUL

CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL

**CURSO: INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS
SOCIAIS E HUMANAS**

MARCIA ROSA SOARES PEREIRA

**EDUCAÇÃO DO CAMPO: AVANÇOS E DESAFIOS DA ESCOLA RURAL
MUNICIPAL SEMENTES DO AMANHÃ NO MUNICÍPIO DE QUEDAS DO
IGUAÇU**

Laranjeiras do Sul

2017

MARCIA ROSA SOARES PEREIRA

**EDUCAÇÃO DO CAMPO: AVANÇOS E DESAFIOS DA ESCOLA RURAL
MUNICIPAL SEMENTES DO AMANHÃ NO MUNICÍPIO DE QUEDAS DO
IGUAÇU**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau em licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo- Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus de Laranjeiras do Sul.

Orientadora: Prof. Dra.
Marciane Maria Mendes

Laranjeiras do Sul

2017

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

PEREIRA, MARCIA ROSA SOARES
EDUCAÇÃO DO CAMPO:: Avanços e Desafios da Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã no município de Quedas do Iguaçu/ MARCIA ROSA SOARES PEREIRA. -- 2017. 67 f.:il.

Orientadora: MARCIANE MARIA MENDES.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de LICENCIATURA- EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS , Laranjeiras do Sul, PR, 2017.

1. Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã. 2. Projeto Político Pedagógico. 3. Educação do Campo. I. MENDES, MARCIANE MARIA, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.



MARCIA ROSA SOARES PEREIRA

**Educação do Campo: avanços e desafios da Escola Rural Municipal
Sementes do Amanhã no município de Quedas do Iguaçu**

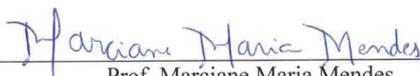
Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para a obtenção do grau de Licenciado em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus* Laranjeiras do Sul.

Orientador: Prof. Marciane Maria Mendes

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

28 / 11 / 2017

BANCA EXAMINADORA



Prof. Marciane Maria Mendes



Prof. Alex Verdério


Prof. Vitor de Moraes

Resumo

A presente pesquisa aborda a possibilidade de ampliar o conhecimento em relação à Educação do Campo. Enfocando como objetivo refletir e sistematizar a conquista da Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã a partir de sua proposta Político Pedagógica, no contexto de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e de afirmação da concepção da Educação do Campo. Como objetivos específicos destacam-se: Sistematizar a história de luta e conquista da Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã. Refletir sobre o debate acerca da Educação do Campo e a Educação no MST, em diálogo com a realidade da Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã. Identificar no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, os elementos dos princípios da Educação do Campo. A pesquisa apresenta-se como metodologia de natureza qualitativa, e tem como instrumentos de produção de dados serão - bibliográficos e documentais. O primeiro capítulo apresenta uma conjuntura histórica da educação no MST e do Assentamento Celso Furtado, bem como a conquista da Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã, na qual explicita o processo de luta dos assentados. O segundo capítulo aborda a contextualização do processo histórico de constituição da Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã, no que diz respeito ao âmbito material e imaterial. O terceiro capítulo elenca os elementos do Projeto Político Pedagógico da escola estudada, dialogando com os princípios da Educação do Campo, apontando elementos do seu PPP que dialoguem com as Matrizes Formativas do MST e com a Educação do Campo. Ao analisarmos os Princípios da Proposta Educativa do MST e a Educação do Campo, comparando com o PPP da Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã, pudemos identificar suas semelhanças, seja no sentido de valorização do sujeito do campo, da compreensão da sua realidade, na busca do desenvolvimento do trabalho teórico e da prática, a busca da conscientização do educando em relação das responsabilidades sociais, da justiça, a valorização da cultura, portanto, de fortalecimento da Educação do Campo. Assim, construir um Projeto Político Pedagógico como um processo que poderá emancipar os sujeitos do campo, é uma tarefa específica da escola, da comunidade em geral e dos movimentos sociais, visto que estes têm sido os sujeitos coletivos que mais interrogaram as políticas governamentais.

Palavras-chave: Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã. Projeto Político Pedagógico. Educação do Campo

Abstract

The present research addresses the possibility of broadening the knowledge in relation to the Field Education. Focusing as an objective to reflect and systematize the conquest of the Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã from its political pedagogical proposal, in the context of the struggle of the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra(MST) and affirmation of the concept of Field Education. As specific objectives include: Systematize the history of struggle and conquest of the Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã. Reflect on the debate about the Field Education and the Education in the MST, in dialogue with the reality of Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã. Identify the Pedagogical Political Project (PPP) school, the elements of the principles of the Field Education. The research is presented as a methodology of a qualitative nature, and the instruments of data collection will be - bibliographic and documentary. In the first chapter presents a historical situation of education in the MST and the settlement Celso Furtado, as well as the conquest of Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã, in which explains the process of struggle of settlers. In the second chapter we will address the contextualisation of the historical process of constitution of the Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã, with respect to the material and immaterial scope. In the third chapter we will list the elements of the pedagogical political project of the studied school, dialoguing with the principles of Field Education, pointing out elements of its PPP that dialogue with the Formative Matrices of the MST and with Field Education. When analyzing the Principles of the Educational Proposal of the MST and the Education of the Field, comparing with the PPP of the Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã, we were able to identify their similarities, either in the sense of appreciation the subject of the field, of understanding their reality, in the search for the development of theoretical work and practice, the search of student awareness in relation to social responsibilities, justice, the appreciation of culture, and therefore fortification the education of the field. Thus, building a political pedagogical project as a process that can emancipate the subjects of the field is a specific assignment of the school, the community in general and social movements, since these have been the collective subjects that most question government policies.

Keywords: Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã. Pedagogical Political Project. Field Education

Aos companheiros de luta e à organização do MST que fez mover-me e sentir as correntes, proporcionando questionar as realidades, e ampliar a visão de mundo.

AGRADECIMENTOS

Este momento foi muito esperado, pois será aqui no agradecimento que irei demonstrar minha gratidão à todos que participaram da construção deste trabalho, seja direta ou indiretamente.

Quero agradecer a minha família: Gilberto (esposo, meu alicerce, meu companheiro e pela incondicional cumplicidade), Natália, Naiara e Nauam (meus filhos, para os quais desejo ser exemplo), Natieli e Caroline (minhas netas que mesmo longe me fazem ter esperanças na humanidade).

Aos meus pais que mesmo com tantas dificuldades direcionaram-me no caminho da perseverança, Ione (mãe biológica e inspiração), Justino (pai-avô, contador de histórias, meu primeiro professor-leigo, meu exemplo de lutador).

À Professora Marciane Maria Mendes que tão prontamente abraçou este trabalho, pelas conversas, explicações, orientações e paciência, pessoa que fez aumentar ainda mais meu respeito pelo seu trabalho e comprometimento com a Educação.

Aos meus companheiros das turmas da LEdoC, em especial a turma Paulo Freire que, proporcionaram-me a troca de saberes e a importância da convivência, principalmente Giselle (minha querida irmã, amiga, companheira de quarto e confidente) e Vanessa, Andreia, Fabiana, Viviane, Rose, Karoline que tornaram estes quatro anos mais leves.

À minha querida madrinha Vera que apoiou-me em vários momentos e com suas mensagens, que davam-me ânimo de continuar.

Aos Educadores e Educadoras das Escolas Itinerantes do MST que se doam na arte de ensinar e aprender.

À toda equipe pedagógica da Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã e Escola Rural Municipal Roseli Nunes, pelas contribuições de materiais para estudo, pelos diálogos e paciência pela minha ausência em alguns momentos de atividades escolares.

Aos professores que compuseram a banca Vitor de Moraes e Alex Verdério que com seus conhecimentos contribuíram na finalização deste trabalho.

“Ninguém educa ninguém.
Ninguém educa a si mesmo.
As pessoas se educam entre si,
Mediatizadas pelo mundo”.

Paulo Freire

LISTA DE SIGLAS

CECISS – Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ERMSA – Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã

INCRA – Instituto de Colonização da Reforma Agrária

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NRE – Núcleo Regional de Educação

PDA - Projeto do Desenvolvimento do Assentamento

PPP – Projeto Político Pedagógico

SEED – Secretaria do Estado da Educação

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul

UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Escolas Itinerantes Paraná 2004.....	22
Quadro 2 - Escolas Itinerantes Paraná 2005.....	22
Quadro 3 - Escolas Itinerantes no Paraná 2016.....	23
Figura 1- Latifúndio Araupel S/A.....	24
Quadro 4 - Escolas municipais criadas no ano de 2006.....	32
Quadro 5 - Número de alunos, turma do ano de 2017.....	38
Fotografia 1 - Acampamento BR 158	64
Fotografia 2 - Local de lavar roupas BR 158.....	64
Fotografia 3 - Entrada na área de conflito (ARAUPEL).....	64
Fotografia 4 - Crianças no acampamento (ARAUPEL).....	64
Fotografia 5 – Equipe de educadores.....	65
Fotografia 6 - Formandos da 4º série.....	65
Fotografia 7- Estrutura atual da Escola.....	65
Fotografia 8- Equipe pedagógica do ano de 2017.....	65
Fotografia 9- Reunião com os pais, início do ano letivo de 2017.....	66
Fotografia 10-Festa Agostina, 2017.....	66
Fotografia 11- Desfile Municipal de Quedas do Iguaçu.....	66
Fotografia 12- Entrada da Escola.....	66
Fotografia 13 - Transporte escolar em períodos de chuvas.....	67

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	OBJETIVOS	12
1.2	JUSTIFICATIVA	13
2	CONJUNTURA HISTÓRICA DO ASSENTAMENTO CELSO FURTADO E A CONQUISTA DA ESCOLA RURAL MUNICIPAL SEMENTES DO AMANHÃ	16
2.1	EDUCAÇÃO E O MST	16
2.2	PRINCÍPIOS EDUCATIVOS DO MST.....	18
2.3	ESCOLAS ITINERANTES	19
2.4	ACAMPAMENTOS 10 DE MAIO E JOSÉ ABÍLIO DOS SANTOS	23
2.5	ESCOLA ITINERANTE CHICO MENDES.....	26
2.6	ASSENTAMENTO CELSO FURTADO	29
2.7	DE ESCOLAS ITINERANTES À ESCOLAS MUNICIPAIS	31
2.8	CONTEXTUALIZAÇÃO DA ESCOLA RURAL MUNICIPAL SEMENTES DO AMANHÃ	35
3	PRINCÍPIOS DA PROPOSTA EDUCATIVA DO MST E A EDUCAÇÃO DO CAMPO	40
3.1	PROPOSTA EDUCATIVA DO MST	40
3.2	COLÉGIO ESTADUAL CAMPO IRACI SALETE SATROZAK	44
3.3	O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA RURAL MUNICIPAL SEMENTES DO AMANHÃ	46
3.3.1	Identificação da Escola	47
3.3.2	Fundamentação Teórica	47
4	PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: CAMINHOS NECESSÁRIOS PARA A CARACTERIZAÇÃO DE SEUS SUJEITOS	49
4.1	BASES LEGAIS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	51
4.2	FORMAÇÃO DE EDUCADORES DO CAMPO.....	53
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
	REFERÊNCIAS	61
	ANEXOS A- Fotos do acampamento	64
	ANEXO B- Fotos da Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã	65
	ANEXO C- Atividades realizadas na Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã	66
	ANEXO D- Fotos do Transporte Escolar em períodos de chuvas	67

1 INTRODUÇÃO

O estudo desenvolvido no decorrer desse trabalho, estará pautado no processo histórico da constituição das Escolas Itinerantes dos Acampamentos de Quedas do Iguaçu/PR, trazendo elementos presentes na concepção de uma Educação do Campo no Assentamento Celso Furtado.

Para compreendermos esse processo, perpassaremos a história da educação dentro dos Acampamentos com pesquisas bibliográficas, que abrangem as Escolas Itinerantes e a Educação do Campo, bem como o estudo do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã (ERMSA), tendo em vista as parcerias firmadas com Governo Estadual do Paraná, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu, na perspectiva da construção da Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã, que iniciou na transição de acampamento/assentamento em Quedas do Iguaçu/PR.

Esta pesquisa debateu questões referentes ao processo de formulação e os sentidos do (PPP) para a escola do campo, além de explicitar e compreender seus significados, qual sua relação com o ensino e refletir sobre alguns pressupostos de orientação para esta proposta pedagógica.

O Projeto Político Pedagógico é um documento norteador da prática pedagógica e da gestão, o qual necessita expressar um vínculo estreito com a identidade sociocultural dos sujeitos e, com isso, assegurar seu reconhecimento e valorização no espaço escolar.

A pesquisa apresenta-se como metodologia de natureza qualitativa, e os instrumentos de produção de dados serão - bibliográfico e documental - apoiado em autores como Antônio Carlos Gil, entre outros.

A pesquisa traz autores como Camini, Caldart, Sapelli, Frigotto, Bahniuk, entre outros que discutem a Educação do Campo e apresentam algumas discussões pertinentes ao trabalho. Possibilitando uma melhor compreensão sobre o tema, percebendo a relação intrínseca com os movimentos sociais, pois a luta é pela terra, pela educação e pela transformação social.

1.1 OBJETIVOS

Essa pesquisa teve como objetivo central:

Refletir e sistematizar a conquista da Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã de acordo com sua proposta político pedagógica, no contexto de luta do MST e de afirmação da concepção da Educação do Campo.

Como objetivos específicos destacam-se:

1) Sistematização a história de luta e conquista da Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã. 2) Reflexão sobre o debate acerca da Educação do Campo e a Educação no MST, em diálogo com a realidade da Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã. 3) Identificação no Projeto Político Pedagógico da escola, os elementos dos princípios da Educação do Campo.

Por fim, apresentamos algumas reflexões e possíveis caminhos de superação de problemas detectados no âmbito da Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã do Assentamento Celso Furtado, visando contribuir com a proposta educativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, assim como, com a ampliação da concepção da Educação do Campo. Utilizamos os materiais produzidos como: DOSSIÊ MST Escola; Dicionário da Educação do Campo; PPP Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak (CECISS); PPP Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã (ERMSA); Pedagogia do Oprimido- Paulo Freire entre outros documentos.

1.2 JUSTIFICATIVA

Esse trabalho origina-se a partir das minhas vivências, experiências e dos trabalhos desenvolvidos enquanto acampada e integrante do (MST). Sendo que, atuei como educadora das Escolas Itinerantes, assim como educadora na Escola objeto deste estudo. Portanto, é importante ressaltar que, estivemos como protagonistas dessa história de luta e em outros momentos apenas como observadores. E, posteriormente, pela inserção no Curso: Interdisciplinar em Educação do Campo/Ciências Sociais e humanas – Licenciatura, na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), organizado no regime de alternância¹, que possibilita

¹ Outro aspecto relevante, presente na perspectiva de implementação deste curso é a modalidade curricular em forma de Alternância, presente no Curso de Educação do Campo-licenciatura a ser oferecido pela Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, a qual alterna o tempo de permanência na Universidade com o tempo na comunidade de origem, mantendo assim vínculo com as organizações locais, comunidades e a vida em seu cotidiano. Este aspecto, de comprovada formação pedagógica, considerando a relação das bases teóricas a serviço de prática social concreta, acumulada junto a inúmeras experiências, é anseio por muitas vezes expressado pelas organizações e dos Movimentos Sociais e Populares, bem como pelas populações camponesas que vivem nos municípios pertencentes

professores que já estão atuando, cursar um curso superior². Utilizaremos todos os momentos da bagagem adquirida neste percurso para sistematizar esse trabalho.

Portanto, essa pesquisa se justifica pela importância de discorrer sobre o trajeto do processo histórico da Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã, percebendo a necessidade de elencar os aspectos importantes que constituíram sua história, cabendo algumas perguntas frente à isso: qual a necessidade de escolas no acampamento? Qual o papel da comunidade para as escolas no acampamento/assentamento? Como conseguem resistir as condições precárias? Qual a motivação dos educadores neste processo?

Entendendo assim, a necessidade de um estudo mais aprofundado deste tema, que possui momentos transitórios de Escola Itinerante à Escola Municipalizada e também pela escassez de pesquisas sobre a Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã especificamente que nos possibilita a abertura de novas discussões sobre esta temática.

Desta forma, esta pesquisa foi organizada em três partes, para que possa ser sistematizado de forma objetiva.

No primeiro capítulo, é apresentada a educação nos acampamentos do MST, os Princípios da Educação, e um breve histórico do Assentamento Celso Furtado, bem como a conquista da Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã, onde se explicita o processo de luta dos assentados e abordar-se a contextualização do processo histórico de constituição da Escola.

O segundo capítulo, trata da Proposta Educativa do MST, apresenta os Projetos Políticos Pedagógicos do Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak, o qual era utilizado pela Escola Sementes do Amanhã enquanto Escola Itinerante e o Projeto Político Pedagógico construído após sua municipalização.

ao Território Cantuquiriguaçu e suas comunidades, dentre elas quilombolas e indígenas, de difícil acesso. Passa a ser também a materialização do direito não apenas do acesso, mas principalmente da permanência desses sujeitos do campo na Universidade, envolta em uma pedagogia da alternância, que é composta por tempos e espaços densamente formativos. (UFFS, 2013, p. 28).

² No estado do Paraná, segundo dados da SEED/PR hoje, tem-se no estado, aproximadamente 600 escolas que atendem à educação do campo e nelas atuam em torno de 9000 educadores, sendo que a grande maioria não têm formação específica para atuar nessas escolas. Na região de abrangência do Território Cantuquiriguaçu, conforme o Coordenador do Setor Estadual de Educação do MST, há uma demanda por formação, que se estende à 400 educadores que atuam em escolas itinerantes e em escolas do campo a região, sem possuir formação mínima em Educação do campo. (UFFS, 2013, p. 24).

No terceiro capítulo, são elencados os elementos do Projeto Político Pedagógico da escola estudada, dialogando com os princípios da Educação do Campo, apontando a caracterização de seus sujeitos, ainda as bases legais que amparam a Educação do Campo.

2 CONJUNTURA HISTÓRICA DO ASSENTAMENTO CELSO FURTADO E A CONQUISTA DA ESCOLA RURAL MUNICIPAL SEMENTES DO AMANHÃ

Neste capítulo, apresenta-se a educação nos acampamentos do MST³, os Princípios da Educação, os estudos realizados e a suas sistematizações de todo este trabalho coletivo, trata também de um breve histórico do Assentamento Celso Furtado, bem como a conquista da Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã, explicitando-se o processo de luta dos assentados e abordar-se a contextualização do processo histórico de constituição da Escola.

As contradições, impasses e desafios encontrados na construção das escolas do campo do MST estão para além da força política de um movimento social, que tem como bandeira de luta uma educação de qualidade para as áreas de assentamentos rurais. Precisa-se entender essas dificuldades a partir dos entraves colocados pelo Estado aos movimentos sociais do campo, e, por conseguinte, à educação implementada por esses sujeitos.

2.1 EDUCAÇÃO E O MST

Quando se fala em (MST), é preciso entender que é um movimento de luta, que organizadas em um agrupamento de pessoas com um objetivo de recuperar um dos meios de produção que é a terra⁴. Para entender esse processo, precisamos trilhar nos caminhos da Educação do MST. Se, o MST é o processo histórico da luta pela terra e de acordo com Bahniuk (2008, p. 30), o MST possui uma característica importante que é a ocupação de terras. Essas ocupações, por sua vez funcionam como uma pressão à luta pela terra, possibilitando o acesso à ela.

Com as primeiras ocupações aparece a necessidade da escola no cotidiano das famílias acampadas, isso aconteceu principalmente por parte de famílias que tinham filhos na idade escolar iniciando assim esta preocupação e com ela percebeu-

³ O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento socioterritorial que reúne em sua base diferentes categorias de camponeses pobres – como parceiros, meeiros, posseiros, minifundiários e trabalhadores assalariados chamados de sem-terra – e também diversos lutadores sociais para desenvolver as lutas pela terra, pela Reforma Agrária e por mudanças na agricultura brasileira. (FERNANDES, 2012, p. 498).

⁴ Para aprofundar o tema sobre a luta pela terra, é possível pesquisar nos documentos internos do MST, sendo possível acessar o site: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/cadernos>, ou a leitura dos textos de autores como: Bezerra Neto 1988, Caldart 2000, Camini 1998, Fernandes 1999.

se a relevância da criação de uma equipe de educação. Portanto, não se tratava apenas da luta por um pedaço de terra, era uma questão de cidadania, com o direito à educação e conseqüentemente à uma escola.

Esta primeira escola, conhecida como “escola de acampamento” não possuía uma proposta pedagógica, mas se pensava em uma “escola diferente”, uma escola que pudesse atender os sujeitos, tendo em vista a sua realidade. E esta palavra “diferente” aparece fortemente para se contrapor ao modelo de educação da pedagogia do capital⁵. Ela refere-se a nova proposta pedagógica pensada para os acampados. Bem apontada na frase: “[...] A escola tem que ser diferente, o professor tem que ser diferente, os alunos têm que ser diferentes, tudo diferente.” (MST, 2005, p. 18).

Demonstrando a necessidade de ruptura com a pedagogia da hegemonia⁶, esta “nova escola” precisava de novos objetivos, a escola seria um pilar para a sustentação do acampado na luta pela terra e mais ainda, para as novas lutas que se seguiriam.

Então, era necessário traçar algumas definições para esta nova etapa, a partir da organização do Setor Nacional de Educação do MST no final da década de oitenta, e entendendo que as escolas de acampamento e assentamento estão em linha cruzada com a classe dominante, propõe-se inicialmente os princípios básicos. (HAMMEL, SILVA, ANDREETTA, 2007, p. 70).

Inicialmente, foram quatro princípios, sendo eles: 1)Desenvolver a consciência crítica dos alunos, com conteúdos que levem à reflexão e a aquisição de uma visão de mundo, ampliada e diferente do discurso oficial; 2)Transmitir a história e o significado da luta e conquista da terra que resultou no assentamento; 3)Desenvolver atividades para a capacitação técnica dos alunos por meio de experiências de trabalhos produtivos; 4)Realizar exercícios práticos, na área de conhecimento, necessários ao desenvolvimento do assentamento. HAMMEL, SILVA, ANDREETTA (2007 apud MST, 1996).

⁵ De acordo com Martins, Neves (2012, p. 540,541), entende-se por pedagogia do capital, as estratégias de dominação de classe que são utilizadas pela burguesia com o objetivo de obter a concordância de uma parcela da população para o seu projeto político nas diferentes formações sociais que se desenvolveram no caminho do capitalismo monopolista, ou seja, no capitalismo dos séculos XX e XXI.

⁶ Segundo Martins, Neves (2012, p.541), a pedagogia da hegemonia trata-se de um objetivo principal, que atua na resignação moral e intelectual de uma parte da população padronizando seus comportamentos, suas condutas dentro da sociedade, a partir disto estarão aptos a conviver em sociedade, tornando-se força de trabalho (vivo) e estarão respondendo de forma essencial ao crescimento econômico e de harmonia social nos diferentes períodos históricos.

Esses princípios, foram a introdução aos Princípios da Educação do Movimento que são traçados como: Princípios Filosóficos e Princípios Pedagógicos que trataremos a seguir.

2.2 PRINCÍPIOS EDUCATIVOS DO MST

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se, na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação. (FREIRE, 2005, p. 46).

Podemos perceber, a relação intrínseca entre a síntese de Paulo Freire e os Princípios do MST. Pois, ambos abordam a transformação da realidade, o comprometimento com a causa humanista e social, a importância da teoria e prática que surge como a práxis, a questão de desvelar, ou seja, que todos percebam como está a realidade, sendo assim capaz de produzir conhecimentos para uma libertação permanente.

Os Princípios Filosóficos da educação no MST que apresentam-se em: 1) Educação para transformação social; 2) Educação para o trabalho e a cooperação; 3) Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana; 4) Educação para valores humanistas e socialistas; 5) Educação como um processo permanente de formação e transformação humana;(MST, 2005, p. 161-162).

De acordo com o MST. Escola (MST, 2005, p. 160), os princípios pedagógicos são as maneiras de fazer e de pensar a educação, como forma efetiva de realizar os princípios filosóficos, tendo em vista toda a sua particularidade. Os Princípios Pedagógicos da educação no MST são apresentados através da: 1) Relação entre a prática e a teoria; 2) Combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação; 3) A realidade como base da produção do conhecimento; 4) Conteúdos formativos socialmente úteis; 5) Educação para o trabalho e pelo trabalho; 6) Vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos; 7) Vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos; 8) Vínculo orgânico entre educação e cultura; 9) Gestão democrática; 10) Auto-organização dos/das estudantes; 11) Criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores das educadoras; 12) Atitude e habilidade de pesquisa; 13) Combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais. (MST, 2005, p. 165 à 176).

Todos esses princípios foram construídos através dos trabalhos realizados ao longo dessa caminhada em busca de uma “nova educação”, com o apoio dos educadores e educadoras comprometidos com a educação dos Sem Terra.

Assim sendo, esse trabalho inicial com as escolas do acampamento, os estudos realizados, todo o trabalho coletivo, do Setor de Educação, dos educadores e educadoras engajados, enfim todos os envolvidos na educação, trazem o limiar das Escolas Itinerantes que trataremos no segmento do texto.

2.3 ESCOLAS ITINERANTES

É importante salientar, que o projeto pedagógico da Escola Itinerante⁷, surge no Rio Grande do Sul, sendo um projeto piloto implementado por um período de dois anos de novembro de 1996 à outubro de 1998, tendo como público alvo os acampamentos e espalhou-se por outros Estados. Seu objetivo geral era ofertar às crianças e adolescentes dos acampados o acesso à educação, apresentando uma metodologia diferenciada. (WEIDE, 2009, p. 13).

No entanto, nesse momento vamos abordar especificamente as Escolas Itinerantes do Paraná. Segundo Bahniuk (2008) sendo o único Estado que atualmente ainda permanece em funcionamento com atividades nas Escolas Itinerantes.

No Paraná, em 2003, surgem inúmeros novos acampamentos, com isso, um grande número de crianças em idade escolar, era necessário encontrar soluções para esta nova demanda.

O grande número de crianças acampadas sem acesso à escola forçou uma tomada de decisão. Nesse momento, também a conjuntura mostra-se favorável com o primeiro ano de um novo governo estadual que acena positivamente para a legalização desta escola. Cria-se então, a partir da demanda reivindicada pelos Movimentos Sociais, a Coordenação de Educação do Campo, ligada diretamente, neste primeiro momento, à Superintendência da Secretaria do Estado de Educação do Paraná. Esta coordenação assume como principal demanda a oficialização das Escolas Itinerantes no Estado. Sua aprovação ocorre por meio do Parecer nº 1033, datado de 08/12/2003, do Conselho Estadual de Educação do Paraná, o qual

⁷ No dicionário da Educação do Campo podemos encontrar a definição que Escola itinerante é a denominação dada às escolas localizadas em acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), movimento social que parte da reivindicação pelo acesso à terra, articulando-a ao projeto de transformação social. Denominam-se itinerantes porque acompanham a luta pela Reforma Agrária, assegurando a escolarização dos trabalhadores do campo. Desta forma, a escola itinerante, em seus objetivos gerais, não se diferencia das demais escolas do MST; o que se altera são as circunstâncias em que ela está inserida: em um acampamento, que, em geral, tende a ser um espaço no qual a luta de classes é mais evidente. (BAHNIUK; CAMINI, 2012, p. 333).

aprova a Escola Itinerante como experiência pedagógica. (BAHNIUK, 2008, p. 43).

De acordo com Bahniuk (2008), “Nos acampamentos: 2ª conquista e 1º de maio existiam escolas anteriormente a aprovação do parecer pelo Conselho Estadual. Estas eram extensões de Escolas Municipais, dos municípios em que se localizam os referidos acampamentos.” Entretanto, no Acampamento 2º Conquista no município de Espigão Alto do Iguaçu/PR. A partir do ano de 2003 a escola se consolidou como Escola Itinerante Antônio Tavares, anterior ao parecer do Conselho Estadual e tendo como Escola Base o Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak. Pois, se tratava de uma área de grande conflito⁸. Portanto, os trabalhos pedagógicos no Acampamento 2º Conquista⁹, surgiram como pioneiros no Paraná. Mas, foi com a Escola Itinerante Chico Mendes localizada no Acampamento José Abílio dos Santos, no município de Quedas do Iguaçu, que se deu oficialmente os trabalhos pedagógicos das Escolas Itinerantes do Paraná.

No ano de 2003, nos Acampamentos 2º Conquista/Espigão Alto do Iguaçu, José Abílio dos Santos e 10 de Maio/Quedas do Iguaçu, foi dado início ao Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos (EJA). Sendo viabilizado por educadores e educadoras, coordenadores e coordenadoras do próprio Acampamento. Essa modalidade de ensino, deu oportunidade há muitos jovens e adultos alfabetizar-se e ter um documento oficial de conclusão dos anos iniciais, dando abertura para a continuidade dos estudos.

Diante desse processo de implementação das Escolas Itinerantes no Paraná, e conhecendo a realidade dos acampamentos com prováveis deslocamentos, fora necessário criar uma Escola Base que pudesse atender toda a parte burocrática, como as matrículas, documentação em geral, repasses de verbas entre outros processos necessários. Com isso, entende-se a necessidade de criar um local que fosse a referência das Escolas Itinerantes.

O Colégio Estadual Iraci Salete Strozak foi escolhido escola base das escolas itinerantes do Paraná, pois está situado em um dos maiores assentamentos da América Latina que se localiza no Rio Bonito do Iguaçu. Esta escolha deve-se ao trabalho desenvolvido desde sua criação, pois sempre respeitamos a história de luta deste povo, suas raízes e seus sacrifícios para

⁸ Área de disputa judicial entre os trabalhadores rurais e o grileiro de terras Jocemino João Bonotto.

⁹ Conhecida anteriormente por fazenda Solidor, sendo que esta encontrava-se ocupada pelos menos há 14 anos, e que foi alvo de despejo, o nome 2º Conquista surgiu como “questão de honra” pelo MST e pelos novos acampados.

conquistar um pedaço de terra. Esta história de luta de pessoas que morreram e batalharam para conseguir essa terra, conquistá-la com direito de a produzir, plantar e ter dignidade. (ANDREETTA, 2007, p. 186).

A oficialização ocorrida neste ano de 2003, foi uma conquistas realizadas pelo Coletivo da Setor de Educação entre outros envolvidos na Educação. De acordo, com a publicação apresentada no Diário Oficial nº 6683 datado em 09 de março de 2004, o Secretário de Estado da Educação, resolve através da resolução nº614/2004, no disposto da LDB nº9394/96, resolução nº01/02-CNE/CEB, Parecer nº1012/03 do conselho Estadual de Educação, RESOLVE:

Art. 1o Autorizar a Implantação da Escola Itinerante nos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, que terá como mantenedor o Governo do Estado do Paraná e como Escola Base o Colégio Estadual Iraci Salete Strozak – Ensino Fundamental e Médio, localizado no Assentamento Marcos Freire, no Município de Rio Bonito do Iguaçu, do NRE de Laranjeiras do Sul, a partir do ano letivo de 2004, com a oferta de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos.

§ 1o Para garantir a estrutura e o funcionamento da Proposta Pedagógica da Escola Itinerante, a Unidade Escolar citada no artigo servirá como Escola Base e será responsável pelo registro, guarda e expedição da documentação escolar do aluno assim como pelo suporte legal e pedagógico.

§ 2o A Prática Pedagógica será desenvolvida no local onde estão os alunos da Escola Itinerante.

§ 3o O mantenedor tem a obrigatoriedade legal de garantir recursos físicos e humanos e a capacitação dos educadores no programa de formação permanente.

§ 4o A implantação concedida no caput do artigo deverá ser acompanhada pelo Conselho Estadual de Educação com base em relatórios anuais a serem apresentados em outubro de 2004 e outubro de 2005.

§ 5o A autorização para funcionamento do Ensino citado no caput do artigo, exceto o que a Escola Base já oferta, será efetivada em processo próprio. (BRASIL, 2004).

Em 2004, a Escola Base o Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak, estava atendendo 05 Escolas Itinerantes no Paraná, no (Quadro 1) abaixo poderá ser observado o nome das escolas, o acampamento e qual município cada escola estava localizada, tendo em vista que as Escolas Itinerantes estavam espalhadas em diferentes regiões do Paraná. É possível entender a dificuldade na organização da documentação das Escolas Itinerantes devido à esta dispersão das Escolas em diversas regiões.

Quadro 1: Escolas Itinerantes Paraná 2004.

ESCOLA ITINERANTE	ACAMPAMENTO	MUNICÍPIO
Paulo Freire	1º de maio	General Carneiro
Antônio Tavares	2º conquista	Espigão Alto do Iguaçu
Chico Mendes	José Abílio dos Santos (silo)	Quedas do Iguaçu
Olga Benário	10 de maio (bacia)	Quedas do Iguaçu
Zumbi dos palmares	Dorcelina Folador	Cascavel

Organização do autor com base em Bahniuk (2008).

Este ano de 2004, foi o primeiro ano que as Escolas Itinerantes iniciaram seus trabalhos efetivamente e oficialmente. Tendo como educadores, pessoas do próprio acampamento, as escolhas dos educadores/educadoras ocorriam a partir do levantamento feito dentro do próprio acampamento, foram identificadas as pessoas com maior grau de escolaridade, para atuar como educador/educadora, com o início de Capacitação de Educadores.

As escolas acima citadas (Quadro 1), continuaram suas atividades pedagógicas e a partir do ano de 2005, devido à demanda de crianças fora das escolas e em situação de itinerância em outros acampamentos, foram criadas mais 04 Escolas Itinerantes no mesmo Estado, conforme o exposto no Quadro 2.

Quadro 2: Escolas Itinerantes Paraná 2005.

ESCOLA ITINERANTE	ACAMPAMENTO	MUNICÍPIO
Carlos Marighela	Elias Gonçalves de Meura	Planaltina do Paraná
Ernesto Che Guevara	Quilombos dos Palmares	Jardim Olinda
Sementes do Amanhã	Chico Mendes	Matelândia;
Novos Caminhos	Subdivisão 10 de maio	Quedas do Iguaçu;

Organização do autor com base em Bahniuk (2008).

Através dos quadros 1 e 2, podemos perceber que a cada ano eram criadas novas Escolas Itinerantes no Paraná e no ano de 2006, não foi diferente surgiram ainda 03 novas Escolas Itinerantes, primeira no Município de Cascavel a Escola Itinerante Dorcelina Folador; a segunda no Acampamento Roseli Nunes no Município de Amaporã, constituída como a Escola Itinerante Anton Makarenko e a terceira no

Município Ortigueira, no acampamento Maila Sabrina, onde a Escola surgiu com o nome de Caminhos do Saber. (ANDRETTA,2007, p. 191).

No ano de 2016, segundo Leite e Borges (2016, p. 6), existem em funcionamento no Estado do Paraná, doze (12) Escolas Itinerantes que propiciam a uma quantidade estimada de 1.980 estudantes o acesso à escolarização, sendo distribuídas em oito Municípios. Veja no quadro abaixo:

Quadro 3: Escolas Itinerantes no Paraná 2016.

ESCOLA ITINERANTE	MUNICÍPIO
Paulo Freire	Paula Freitas
Herdeiros do Saber I, II, III e IV	Rio Bonito do Iguaçu
Vagner Lopes I, II	Quedas do Iguaçu
Caminhos do Saber	Ortigueira
Semeando Saber	Florestópolis
Herdeiros da Luta de Porecatu	Porecatu
Carlos Marighella	Carlópolis
Valmir Motta de Oliveira	Jacarezinho

Organização do autor com base em Leite e Borges (2016).

Após, esse panorama geral das Escolas Itinerantes no Paraná, daremos continuidade no trabalho, com uma breve contextualização histórica, de como se constituiu o Acampamento José Abílio dos Santos (SILO) e o Acampamento 10 de Maio (BACIA), que fazem parte do município de Quedas do Iguaçu. Pois, é de suma importância a reconstituição dos fatos para que possamos compreender este processo de luta.

2.4 ACAMPAMENTOS 10 DE MAIO E JOSÉ ABÍLIO DOS SANTOS

O Acampamento, 10 de Maio e o Acampamento José Abílio dos Santos foram organizados em uma extensa área de terra, que retomando a linha do tempo da própria empresa, atualmente ARAUPEL S/A, podemos identificar que ela surgiu em 1972, inicialmente com o nome de Madeireira Giacomet S.A. Indústria e Comércio e

Marodin S.A. Posteriormente, passa a ter como razão social Giacomet Indústria e Comércio de Produtos Agropecuários Ltda.

Figura 1- Latifúndio Araupel S/A.



Fonte: www.faep.com.br

A Madeireira Giacomet S.A retirou grande parte da madeira nativa do lugar, conseguindo assim produzir produtos agropecuários. A empresa alterou sua razão social para ARAUPEL S.A no ano de 1997, coincidentemente um ano após a primeira ocupação de terras pelo MST.

O processo de conquista do território do assentamento tem origem na luta pela terra, quando através das ocupações e dos acampamentos os camponeses reivindicam a desapropriação de áreas que não tem obedecido a sua função social para que neles sejam assentadas famílias que estabelecerão novas formas de produção. [...] (COCA, p. 11).

Segundo Vieira (2012), tivemos uma retomada de esforços para que houvesse uma continuidade na distribuição de terras no grande latifúndio Giacomet Marodin¹⁰, considerado o maior latifúndio de terras contínuas do Paraná. O momento era favorável ao MST, pois havia alcançado visibilidade diante da realização da Marcha de 1997¹¹ ficando conhecido e reconhecido nacional e internacionalmente. Inclusive

¹⁰ O latifúndio aqui apresentado está marcado historicamente por diversos conflitos, de um lado o povo agricultor e do outro a empresa grileira com seus pistoleiros. A reforma agrária resultante nestas terras torna-se um marco na vitória do povo contra o latifúndio. O grande latifúndio da Giacomet Marodin posteriormente ficou conhecido como Empresa Araupel S/A.

¹¹ Em 1997, o MST realizou a “Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça”, que partiu de três pontos diferentes do país e atravessou-o a pé por dois meses, com destino a Brasília. Seu objetivo manifesto era protestar contra a exclusão social e lembrar o massacre de Eldorado dos

havendo muita propaganda sobre a Reforma Agrária em todo país. Sendo que, na região centro, os trabalhadores Sem Terra do Assentamento Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire, já haviam conquistado seu pedaço de chão, com 1.500 famílias em 1997/8. E tudo isso, trouxe ânimo para as demais famílias.

Logo entendendo que este momento era oportuno para um novo acampamento com todo vigor. Vieira relata:

Em 12 de janeiro de 1999 deu-se início a um novo acampamento as margens da BR 158 entre Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguçu. O acampamento permaneceu por quatro meses, por ali passaram mais de novecentas famílias, porém permaneceram um total de quatrocentas famílias. A antiga Giacomet, agora Araupel, volta a ser pressionada pelo MST que ocupa mais uma parte da área, agora em Quedas do Iguçu na madrugada do dia 10 de maio de 1999, data essa que deu nome ao acampamento. As famílias eram oriundas basicamente das regiões Centro-Oeste, Oeste e Sudoeste como também de outras regiões do Estado. Vieram de aproximadamente vinte e seis municípios e, também alguns Brasiguaios. As 1200 famílias Sem Terra se deslocaram da BR 158 onde estavam acampadas e se dirigiam ao latifúndio de propriedade da empresa Araupel S.A. (VIEIRA, 2012, p. 07).

No dia 10 de maio de 1999, as famílias Sem Terra que se encontravam acampadas na BR 158 dirigiram-se até Quedas do Iguçu, e ocuparam a área da empresa Araupel, uma localidade chamada de Bacia por ter o formato côncavo. Devido a data da entrada das famílias nesta área, o Acampamento recebeu o nome de 10 de Maio. Porém, este Acampamento ficou conhecido também como “Bacia”.

Passados aproximadamente quatro anos após a ocupação feita nas terras que se diziam ser da “empresa Araupel” e percebendo a necessidade de formar forças, mas principalmente em ter conhecimentos das terras devolutas foi tomada a decisão de formar um novo acampamento.

No mês de janeiro do ano de 2003, as famílias oriundas das mais diversas localidades brasileiras e paraguaias, acampadas na BR 158, entre os municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguçu, iniciaram um novo acampamento e em meados deste mesmo ano, dirigiram-se ao município de Quedas do Iguçu, na área denominada Araupel, estas famílias integrantes do MST tinham como objetivo a luta pela terra. Formaram o acampamento ao redor dos silos¹² existentes na área, o acampamento recebeu o nome de José Abílio dos Santos em homenagem à um

Carajás, ocorrido um ano antes. Por outro lado, visava também a dar maior visibilidade e legitimidade ao MST, carreando simpatia popular à causa da reforma agrária. (AGUIAR, 2000, p. 137).

¹² Espaço denominado silo devido as estruturas existentes da antiga proprietária-ARAUPEL

companheiro de luta. No entanto, ficou conhecido como Acampamento do “Silo”. Este novo Acampamento viria fortalecer a luta pela terra, agilizando o processo de assentamento para toda essa região.

Para essa grande conquista na luta pela terra, a Educação surge como um ponto chave, pois se trata de uma luta árdua e contínua. Porque não basta apenas a terra, é preciso condições para a manutenção do assentado produzir e resistir, para isso é necessário a busca pelo conhecimento, então a escola surge como ferramenta necessária para alcançar tal objetivo.

Portanto, na próxima seção estaremos detalhando o surgimento oficial da Escola Itinerante Chico Mendes, que surgiu a partir do Acampamento José Abílio dos Santos, onde demonstraremos sua relevância na formação dos sujeitos inseridos no acampamento.

2.5 ESCOLA ITINERANTE CHICO MENDES

Observando o exemplo das Escolas Itinerantes implantadas no Rio Grande do Sul, foi possível ter uma perspectiva de trazer esta proposta de Escola para o Paraná, tendo em vista que o Estado possuía um grande número de acampamentos. No item 2.3, apontou-se as Escolas Itinerantes no Paraná, como funciona e quais ainda estão em funcionamento. Aqui será apresentado as primícias deste evento, apresentando-se como um marco na educação paranaense.

Quando as famílias do Assentamento Celso Furtado estavam acampados na BR 158, seus filhos frequentavam a escola que era uma extensão do Colégio do Município de Laranjeiras do Sul, ao chegarem na área do novo Acampamento situado no latifúndio da empresa Araupel, em meados do ano de 2003, sentiram na pele a insegurança do local e que não teriam possibilidades de enviar seus filhos à escola. Inicia-se então os primeiros passos de preparação para o surgimento da Escola Itinerante Chico Mendes.

Segundo os escritos nos cadernos da Escola Itinerante do MST (MST, 2008, p. 42), as famílias acampadas no Acampamento José Abílio dos Santos em julho de 2003, não poderiam frequentar as escolas da região por falta de vagas. Porém, já havia discussões acerca da legalização das Escolas Itinerantes, pois estas, já estavam em tramitação na Secretaria da Educação do Estado do Paraná (SEED/PR).

Nesta continuidade o Setor de Educação do MST, iniciava debates, estudos tendo algumas questões centrais pautadas como por exemplo: “O que é Escola Itinerante”; “luta pela terra”; “como fazer a escola de ensino fundamental”. Os primeiros trabalhos deste coletivo foi com o “I Encontro dos educadores realizado no Acampamento 10 de Maio”, que ocorreu em um período de 3 (três) dias, além dos debates, foram ministradas algumas oficinas, inclusive a presente pesquisadora desenvolveu uma oficina de dobraduras. Neste Acampamento 10 de Maio já havia uma escola que era extensão do município de Quedas do Iguaçu, que posteriormente foi transformada na Escola Itinerante Olga Benário, após a inauguração da Escola Itinerante Chico Mendes.

Em 30 de outubro de 2003, com a organização das famílias acampadas em prol da construção da estrutura física foi inaugurada a Escola Itinerante Chico Mendes, contando com a presença da autoridades paranaenses como o Secretário Estadual de Educação Maurício Requião; o Superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) Celso Lacerda de Lisboa; a Deputada Estadual Luciana Rafain; representantes do Setor de Educação Estadual e regional do MST Sonia Schwendler e Maria Izabel Grein; a diretora do Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak; Ritamar Andreetta, entre outras lideranças locais e regionais, José Damasceno de Oliveira e Claudelci Torrente; tivemos a presença do Padre José¹³ que deu sua benção. A inauguração da Escola contou com a mística apresentada por um grupo de crianças do próprio Acampamento e com o coral Filhos da Terra, do Colégio Estadual Iraci Salete Strozak. Esta solenidade, foi um marco na perspectiva da Educação do Campo para as Escolas Itinerantes que foram se constituindo nos anos seguintes. (MST, 2008).

A nosso ver, finalizamos o ano de 2003 com um significativo investimento na formação do coletivo de educadores, que já contava com 32 pessoas. Estes se reuniam periodicamente para estudar e pensar a organização e a funcionalidade da escola. No dia 09 de dezembro, participamos do ENERA-MST-Centro Sul, Encontro dos Educadores da Reforma Agrária da Região Sul, em Faxinal do Céu, onde recebemos a notícia da legalização oficial da Escola Itinerante, como experiência pedagógica por dois anos pelo Conselho Estadual de Educação do Paraná. (MST, 2008, p. 43).

¹³Representante da Paróquia Coração Imaculado de Maria do Município de Quedas do Iguaçu, responsável por registrar com fotos, vários momentos históricos no município inclusive do acampamento/assentamento.

Com o início dos trabalhos pedagógicos das Escolas Itinerantes, foi constatado que os educadores do Acampamento que se disponibilizaram para atuar como docentes não possuíam formação adequada, com isso iniciou os trabalhos, reuniões e capacitações para os educadores com o intuito de capacitar da melhor forma possível cada educador e/ou educadora. Iniciou-se uma batalha constante para o entendimento acerca do planejamento. É importante dar ênfase à qualidade dos cursos, reuniões e encontros de capacitações. Para alguns, estes eram a melhor base de trabalho docente ou melhor dizendo, a única base. Estes trabalhos propiciaram a muitos o interesse em dar continuidade aos estudos.

Considerando que o grupo de educadores era ainda jovem, com pouca experiência de escola, se fez necessário um estudo detalhado sobre planejamento, tendo em vista a necessidade de trabalhar com o Tema Gerador na escola. Como esta escola estava iniciando as suas atividades escolares, o tema escolhido foi a “Organização da Escola”, problematizado e explorado durante um mês. A metodologia utilizada para o desenvolvimento da temática foi a organização de grupos de atividades nas turmas. Foram então escolhidos os coordenadores (um menino e uma menina) e acordado as normas de convivência para cada turma. A temática trabalhada proporcionou aos educadores e educandos familiarizassem-se com a estrutura organizativa da escola, além de participar de sua condução. (MST, 2008, p. 43, grifo do autor).

Sem dúvida alguma as Escolas Itinerantes, caminham lado a lado com o acampamento, e é nessa parceria entre acampamento e escola que surgem lideranças, pais participativos, educandos criativos, críticos, com autonomia e ainda os educadores comprometidos, na busca do objetivo comum, que é a conquista pela terra.

Discorrendo por esse caminho, acreditando que a luta vale a pena, que através da organização do acampamento, do apoio incondicional da escola, da força individual e coletiva de cada acampado, de cada liderança, de cada ser em si, que carrega todo seu desejo do pedaço de chão, a terra é conquistada, e com ela, novos caminhos, novos interesses e novas prioridades.

Na próxima seção, continuaremos fazendo um resgate histórico apontando a transição dos Acampamentos José Abílio dos Santos e 10 de Maio para o Assentamento Celso Furtado. Percebendo que, para esse recomeço é preciso traçar novas metas, outros objetivos. Pois, surgirão novas lutas e será necessário buscar outros métodos.

2.6 ASSENTAMENTO CELSO FURTADO

Quando finalmente a terra é conquistada, o acampado, agora assentado percebe que há outras lutas, e de lutas que precisam ter continuidades, como é o caso da escola. Se, antes tínhamos Escola no Acampamento, agora precisávamos de Escolas nas Comunidades.

Para entender esse processo, é necessário embrenhar-se no tempo e espaço buscando explicações para a construção e reconstrução, ressignificando esta localidade, que passou por diversas transformações.

A conquista do assentamento rural faz parte de um processo de disputa territorial que garante a reprodução do modo de vida camponês, permitindo o acesso à terra a trabalhadores que anseiam não se sujeitar ao modo capitalista de produção. Por isso, o assentamento não é simplesmente a concessão de um pedaço de terra a camponeses com pouca ou sem terra, e sim um território onde se desenvolvem relações de vida e produção diferentes das do capital. A epígrafe desta seção destaca o caráter de “território conquistado” dos assentamentos rurais, processo que nasce na luta pela terra e que prossegue na luta na terra, quando se busca a efetivação de relações camponesas no assentamento. (COCA; FERNANDES, 2004 p. 8).

A partir do momento da desapropriação, de parte do latifúndio da Araupel em favor dos acampados, iniciou-se uma jornada de discussões em torno do Projeto do Desenvolvimento do Assentamento (PDA), que trouxe um vigor aos acampados. Então no primeiro semestre de 2005, ocorreu a conquista definitiva da área de 25 mil hectares da terra.

No dia 03 de agosto de 2005, o INCRA apresentou a seleção das 506 famílias do Acampamento 10 de Maio que ficariam assentadas na área, e as 583 famílias na região do Acampamento José Abílio. No entanto, era necessário que as pessoas fizessem uma nova luta com o objetivo de pressionar os órgãos responsáveis para que pudessem mudar-se definitivamente para os lotes. Assim, desde o início de setembro até novembro de 2005 as famílias fizeram suas mudanças para os lotes. Esta mudança além de território é também de identidade, antes acampados, agora assentados.

“O Assentamento é uma fração do território conquistado. É um novo recurso na luta pela terra. Esse recurso significa parte das possíveis conquistas e, portanto, representa a possibilidade de novas conquistas, de territorialização.” (FERNANDES, p. 07).

O Assentamento Celso Furtado está localizado na região Centro Oeste do Paraná. Foram assentadas 1089 famílias, dos Acampamentos Dez de Maio (BACIA) e José Abílio dos Santos (SILO), sendo que estas foram distribuídas entre várias comunidades. Algumas famílias que não foram contempladas, ficaram conhecidas como excedentes e inconformadas com a situação se mobilizaram e ocuparam as reservas legais chamadas de corredor, ocupando ilegalmente estas áreas. E, depois de várias negociações foram criadas duas novas comunidades. No entanto, o presente trabalho terá apenas uma comunidade em foco, a Comunidade dos Orgânicos, onde foi criada a Escola objeto do nosso estudo.

As famílias durante o Acampamento são organizadas em Brigadas, estas Brigadas são constituídas por 50 famílias e cada 10 brigadas constituem uma Brigada maior de 500 famílias. Esta organização dará base para o Assentamento. Devido à grande quantidade de famílias era necessário uma organização por interesse de trabalho. A Brigada de 500 do lado da região do SILO antes Acampamento José Abílio dos Santos, agora depois do Assentamento ficou denominada como Brigada Mao Tsé Tung.

Desta forma, a Direção do Acampamento iniciou as discussões de qual seria a melhor forma de organizar os grupos, após inúmeras reuniões ficou decidido a organização em três grupos territoriais: Convencional, Madeira e Orgânicos.

Estando o território escolhido para a formação do Grupo Orgânicos, as famílias assentadas em seus lotes, iniciava-se as reuniões para organização, sendo necessário determinar regras, para as estratégias de produção, as influências que o Grupo sofria e controlar as pessoas para a resistência ao modelo convencional. E, principalmente, iniciava-se a luta pela construção da escola, pois era unânime a intenção dos assentados desta Comunidade, em construir a Escola, pelo entendimento da força que esta possuía dentro do próprio Assentamento.

A estrutura física da Comunidade dos Orgânicos foi construída rapidamente, diante da necessidade de um lugar para realizar as reuniões de organização, assim como o das aulas e para os encontros religiosos, que seriam todos realizados neste mesmo espaço. Esta atitude mostrava os primeiros traços da grande organização do Grupo em relação ao Assentamento.

Após a construção do barracão, que também seria utilizado como Escola, houve o processo burocrático de transição de Escola Itinerante para Escola Municipal que será exposto a seguir.

2.7 DE ESCOLAS ITINERANTES À ESCOLAS MUNICIPAIS

No ano de 2005, com as famílias mudando-se para seus lotes, algumas famílias que haviam crianças frequentando a escola e os educadores permaneceram no Acampamento nas proximidades dos “Silos” para poder finalizar o ano letivo na Escola Itinerante Chico Mendes.

Em 2006, iniciou-se a reorganização do Setor de Educação do Assentamento Celso Furtado, para a estruturação das escolas das Comunidades, iniciou um trabalho de base, trazendo os companheiros educadores e educadoras que já haviam trabalhado nas Escolas Itinerantes, para a composição dos docentes entre outros companheiros que iriam compor o coletivo escolar. Este período foi de grande importância, pois, foi necessário resgatar companheiros que estavam dando prioridade na organização de seus lotes e não queriam participar deste coletivo.

Depois de algumas reuniões e encontros, foram decididos os companheiros que atuariam como educadores, a equipe de secretariado, envolvidos na limpeza, enfim, todas as pessoas necessárias para compor a equipe escolar. Nestas reuniões também decidiu-se pela companheiro e companheira que assumiriam a Coordenação do Coletivo do Setor de Educação do MST no Município de Quedas do Iguaçu.

Neste mesmo ano, de 2006 a Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu, não assumiu efetivamente as Escolas que surgiram nas Comunidades¹⁴: Bom Jesus; Nossa Senhora Aparecida; 10 de Maio; Palmital; Nova Esperança; Campo Novo; Orgânicos; Renascer; 12 de Julho; Nova União e Santa Bárbara. Após, várias reuniões com o Setor de Educação do Assentamento Celso Furtado, ficou decidido, quais os grupos de educadores que iriam atuar em cada Escola, sendo que, os componentes destes grupos deveriam ser da própria Comunidade.

Deu-se início ao ano letivo nestas 11 (onze) Escolas, que atenderiam os educandos dos anos iniciais, e ainda seriam constituídas 3 escolas estaduais: Colégio

¹⁴ Comunidades que surgiram com o Assentamento Celso Furtado, sendo uma junção entre os acampamentos José Abílio (SILO) e 10 de Maio (BACIA).

Estadual do Campo Chico Mendes, Colégio Estadual do Campo Luiz Carlos Prestes e mais tarde o Colégio Estadual Construindo Novos Caminhos. Cada Comunidade ficou responsável por escolher um nome para sua escola. Veja o quadro 4, que aponta cada Escola, identificando seu nome e a comunidade a qual pertence.

Quadro 4: Escolas municipais criadas no ano de 2006.

	ESCOLA MUNICIPAL SÉRIES INICIAIS	COMUNIDADE
1	Janete dos Santos	Bom Jesus
2	Bela Vista	Nossa Senhora Aparecida
3	Olga Benário	Dez de Maio
4	Construindo o Futuro	Palmital
5	Vagner Lopes	Nova Esperança
6	Antônio Rodrigues da Silva	Campo Novo
7	Roseli Nunes	Renascer
8	12 de julho	12 de Julho
9	Cleusa Lopes Bueno	Nova União
10	Santa Bárbara	Santa Bárbara
11	Sementes do Amanhã	Orgânicos

Organização: Autor, com base na Legalização nº 396, Parecer 222/10-cef.

No entanto, quando foi iniciado o planejamento da construção das estruturas físicas das Escolas, ficou decidido em construir sete prédios, sendo que as Escolas Olga Benário e Roseli Nunes funcionariam nas estruturas já existentes, e continuariam dividindo espaço com os Colégios Estaduais.

No ano de 2007, as Escolas estavam passando pela transição de Escola Itinerante para Escola Municipal, portanto, todas as Escolas receberam a nomenclatura de Escola Rural Municipal. Porém, ainda atuavam os educadores da Escola Itinerante. Por intermédio da súmula que cria e denomina as Escolas Municipais através da Lei nº 396, 28/03/2007, ficou sancionada a criação de dez Escolas, ou seja, do quadro acima foi mencionado 11 escolas, porém, a Escola Santa Bárbara não houve continuidade nas atividades, nem ao menos passou pela transição de Escola Itinerante para Escola Municipal, devido a quantia limitada de educandos.

Em 2008, a Prefeitura de Quedas do Iguaçu, fez o concurso público para a efetivação de professores concursados, foram necessários dois concursos para preencher a demanda do quadro de professores necessários para as Escolas

Municipais do assentamento, tendo em vista que no primeiro concurso os candidatos aprovados atingiram 62% das vagas ofertadas. Contudo com o segundo concurso concluiu-se a demanda e até o final do mesmo ano foram efetivados os 80 professores para atuarem nas nove Escolas Rurais Municipais.

A Escola Rural Municipal Construindo o Futuro, na Comunidade do Palmital funcionou até o ano de 2008, na mesma estrutura que havia sido construído pela própria Comunidade, como havia poucos alunos, encerram os trabalhos desta Escola, e como funcionou apenas três anos, não há muita história sobre ela, durante as pesquisas muitos nem lembravam que ela existiu.

No ano de 2013, foram cessadas os trabalhos da Escola Rural Municipal Cleusa Lopes Bueno. Em meados do mesmo ano a Escola que encerrou suas atividades foi a Escola Rural Municipal Vagner Lopes, os motivos lançados pela Secretaria Municipal de Educação e Prefeitura Municipal eram os mesmos, quantidade de educandos insuficientes para manutenção da estrutura e dos profissionais.

Podemos dizer, que estas Escolas não foram fechadas sem um embate entre o povo assentado e a Secretaria Municipal de Educação do Município. Na Escola Rural Municipal Cleusa Lopes Bueno ficamos cientes do que iria ocorrer em janeiro de 2013, a Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF), a Coordenadora da Escola e outros integrantes da comunidade se mobilizaram até a Secretaria Municipal de Educação para pedir que fosse revisto o caso, mas infelizmente, eles foram taxativos que não teria continuidade os trabalhos devido à pouca quantidade de educandos ali matriculados. O que tornava inviável manter a escola aberta, tendo em vista todos os custos de manutenção necessários.

Em março de 2014, a então Presidente Dilma Rousseff, sanciona a lei que dificulta o fechamento das escolas rurais, mas, não impede esse fechamento:

Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

Art. 28.

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. (NR)

Art. 2o Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (BRASIL, 2014)

A partir da Lei sancionada então, o fechamento das escolas se deram tendo em vista alguns aspectos legais, sempre havia uma reunião na comunidade, com pessoas (Secretário Municipal de Educação, vereadores e simpatizantes) de boa oratória que propagavam a ideia das melhorias que ocorreria com o fechamento das escolas. O município não assume que as escolas foram fechadas, o discurso em particular é que são cessados os trabalhos e 'que poderão ser reativadas de acordo com o crescimento do número de educandos'. Algumas Comunidades lutaram mais, outras desistiram rapidamente, contudo já foram cinco escolas que cessaram seus trabalhos.

Em 2015, a estrutura que abrigava a Escola Rural Municipal Roseli Nunes (Renascer), iria passar por reformas, portanto a Escola foi anexada à Escola Rural Municipal Antônio Rodrigues da Silva da Comunidade Campo Novo, devido sua localização próxima.

A Escola Rural Municipal 12 de Julho na Comunidade 12 de Julho, estava trabalhando com um número de educandos inferior à 50, com turmas multisseriadas. Esta era uma Comunidade com muitas dificuldades na questão da segurança, a Escola passou por várias situações de furtos e tendo seus trabalhos encerrados, em 2016.

No ano de 2017, a Escola Rural Municipal Roseli Nunes na Comunidade Renascer recebeu a construção da estrutura nova, e a Escola Rural Municipal Antônio Rodrigues na Comunidade Campo Novo e a Escola Rural Municipal Bela Vista na Comunidade Nossa Senhora Aparecida iniciaram seu ano letivo normalmente, porém menos de trinta dias de trabalho ambas as Escolas foram fechadas. E, os educandos das escolas fechadas foram remanejados à Escola Rural Municipal Roseli Nunes.

Portanto, neste ano de 2017, das nove Escolas Municipais que iniciaram junto com as Comunidades, apenas quatro permanecem funcionando, sendo elas: Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã, Escola Rural Municipal Roseli Nunes, Escola Rural Municipal Olga Benário e Escola Rural Municipal Janete dos Santos.

No próximo capítulo, estaremos abordando a Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã a partir de sua contextualização, seus aspectos pedagógicos, elencando seu Projeto Político Pedagógico.

2.8 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ESCOLA RURAL MUNICIPAL SEMENTES DO AMANHÃ

Por meio, dos documentos da legalização da Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã com a Lei nº 396, assinado em 28 de março de 2007, pelo então Prefeito Municipal Gelmar João Chmiel, encontramos a autorização do funcionamento do estabelecimento de ensino, com oferta do ens.fund.1/4 série, Parecer 222/10-cef.

A Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã Comunidade dos Orgânicos surgiu no processo de transição de Acampamento para Assentamento. No município de Quedas do Iguaçu/PR, foi uma das dez Escolas criadas no ano de 2006. O corpo docente que atuava naquele momento foi formado por assentados ou filhos de assentados. Este grupo juntamente com toda a Comunidade dos Orgânicos a qual pertence a Escola, foi a primeira a construir uma estrutura física com salas de aula, e banheiros feitos com compensado. O ano letivo de 2006, foi iniciado com precariedade na estrutura, falta de material pedagógico e dificuldades na ajuda de custos dos educadores, esses tinham apenas amor e vontade de ensinar. Os educadores trabalhavam com o mínimo, e tinham muitas limitações como dividir uma borracha ou quebrar o lápis no meio conseguindo distribuir para mais educandos, também tinha que enfrentar a dificuldade de conscientizar os pais à não fazer fogo ou fumar os cadernos dos filhos. As formações que foram realizadas, aconteciam devido as parcerias firmadas entre MST e SEED, proporcionando, assim aos educadores leigos uma metodologia básica para a elaboração dos planos de aulas, entre outras palestras.

Em 2006, com a Escola já estruturada e com as atividades letivas iniciadas a perspectiva do grupo de educadores e do Setor de Educação do Assentamento, de manter as escolas nas comunidades, fortalecendo-as, comprometidos com a Educação do Campo, essa inspiração que os motivava, essa expectativa de um futuro para nossos educandos, era uma questão de construção de identidade de camponês para nossas crianças, toda essa batalha diária, que motivava levantar e caminhar os 8 km de ida e volta até chegar à escola, um sentimento de satisfação e amor pelo trabalho desenvolvido com os educandos, com a comunidade, que motivou a escrever esta pesquisa direcionada a Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã, apontando os avanços, os problemas, os cansaços, as perdas e ganhos.

No ano de 2007, a Escola já municipalizada, teria que ter como tutor o município e não mais o Estado como ainda acontecia. O grupo que estava à frente do Setor de Educação juntamente com a Secretária de Educação do Município de Quedas do Iguaçu, na pessoa de Roseli Xavier Borsoi, deslocaram-se até Curitiba com o intuito que o Estado continuasse custeando os educadores. No entanto, na ocasião o então Secretário Estadual da Educação Maurício Requião deixou claro, que com a criação do Assentamento o Município de Quedas do Iguaçu deveria assumir as Escolas. Depois deste encontro ficou definido sobre a obrigação do Município em estar realizando concurso público para a efetivação dos professores que iriam atuar em todas as escolas do Assentamento.

Em 2008, com a efetivação dos professores concursados, a Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã, permaneceu com dois educadores residentes da Comunidade. Os demais professores vieram do centro urbano de Quedas do Iguaçu e sem conhecer as propostas de uma Educação do Campo almejada para aquela Comunidade, que teve seu início com as Escolas Itinerantes e estavam organizadas de acordo com a organicidade do Movimento (MST), e do seu Setor de Educação, que possuem suas diferenças e singularidades. Portanto, a Escola mesmo estando localizada no espaço conquistado através da luta, não teve o prosseguimento em contrariar o projeto hegemônico da escola do capital, paralisando assim a promoção de formação humana das pessoas ali envolvidas. De acordo com Molina (2006).

[...] A especificidade da Educação do Campo, em relação a outros diálogos sobre educação deve-se ao fato de sua permanente associação com as questões do desenvolvimento e do território no qual ela se enraíza. A afirmação de que só há sentido no debate sobre Educação do Campo como parte de uma reflexão maior sobre a construção de um Projeto de Nação, popular e revolucionário, é o chão inicial capaz de garantir o consenso dos que se reúnem em torno desta bandeira. (MOLINA,2006, p.10).

A partir da criação e legalização da Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã, passou-se por vários embates, seja na questão estrutural, ou pela permanência de funcionamento, pois, como vimos em outros casos, todas as Escolas que foram encerradas, tiveram como justificativa a quantia insuficiente de alunos.

Mas, com o fechamento da Escola Rural Municipal Cleusa Lopes Bueno da Comunidade Nova União, alguns dos educandos que nela estudavam passaram a frequentar a Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã. Com isso, houve muitas reuniões, para trazer os pais para a Escola, com iniciativas de projetos

(Embelezamento da escola¹⁵ e café da manhã¹⁶), isso fez com que a Escola começasse a ganhar força.

O ano de 2015, foi crucial para a aplicação destes projetos, cursos, integração da Comunidade Escolar, tendo em vista que este ano contava com uma Secretaria de Educação do Campo, dentro do Município. E, a Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã estava contando com quatro pessoas da Comunidade efetivados na Escola. O que teoricamente traria mais força para ao trabalho desenvolvido ali. Contudo, percebeu-se que isto não foi suficiente, uma vez que os gestores do município não estão interessados na qualidade na Educação.

Portanto, a Secretaria de Educação do Campo do município de Quedas do Iguaçu, recém criada, sob a gestão da Professora Marcelaine Reguelin, permaneceu em funcionamento apenas no ano de 2015. Este ano de 2015, houve mais oportunidades de formação aos professores, aconteceram parcerias com Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), tendo participação em palestras e UFFS, que promoveu a Formação Continuada de Educadores e Educadoras da Educação Básica na Região Centro-Sul do Paraná, inclusive sendo possível a escrita do artigo “**Sementes do Amanhã**: um compromisso individual e coletivo para a preservação e o embelezamento do espaço escolar” (SOUZA, et al, 2016). Mesmo assim, a Secretaria da Educação do Campo foi desativada. Porém, mesmo com todas as dificuldades a Escola está tentando continuar com os projetos e a luta pela identidade camponesa.

No ano de 2016, com o fechamento da Escola Rural Municipal 12 de Julho, da Comunidade 12 de Julho, houve um aumento na quantidade de educandos e um aumento significativo na participação dos pais nos eventos da Escola como nas apresentações e reuniões.

Neste ano de 2017, a estrutura nova da Escola Rural Municipal Roseli Nunes concluída está atendendo nos dois períodos, matutino e vespertino, devido a isto

¹⁵ O Projeto de Embelezamento da escola teve seu início no ano de 2015, onde a Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã, “assumiu seu compromisso individual e coletivo para com a preservação e o embelezamento do espaço escolar.” (LIMA; SOUZA; NETO, 2016, p. 148).

“Nessa perspectiva, por meio da horta pedagógica e do jardim escolar, incorporamos a alimentação nutritiva, saudável e ambientalmente sustentável como eixo gerador da prática pedagógica. [...]”. (LIMA; SOUZA; NETO, 2016, p. 149).

¹⁶ Projeto do café da manhã foi iniciado no ano de 2015, através da formação dos professores realizados pela SICOOB, juntamente com a Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu. Atualmente o Projeto do Café da Manhã, permanece em funcionamento, tendo em vista que os educandos saem muito cedo de casa e chegam na escola sem alimentação.

muitos educandos da Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã se transferiram para esta Escola. No entanto, a Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã conta com uma quantidade razoável de educandos, e, segue nos embates diários para a continuidade do trabalho na Escola.

Conforme o Quadro 5, verifica-se que a Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã, iniciou o atendimento à Educação Infantil no ano de 2017, para alunos do pré I e pré II, bem como a continuidade do trabalho com as turmas do 1º ano ao 5º ano.

Quadro 5: Número de alunos, turma do ano de 2017.

TURMA	Nº DE ALUNOS
PRÉ I	6
PRÉ II	13
1º ANO	13
2ºANO	8
3ºANO	18
4ºANO	17
5ºANO	17

Organização do autor, 2017.

No ano de 2017, durante a elaboração desta pesquisa a Secretaria Municipal de Educação de Quedas do Iguaçu, fez os seguintes reajustes na Escola: as turmas de pré I e pré II se constituíram como multisseriadas, sob alegação da baixa quantidade de educandos e falta de professores do município; procedeu-se a retirada da professora do 4º ano, remanejando-a para outra escola do município; a Coordenadora Pedagógica precisou assumir o 4º ano. Assim, a Escola ficou sem a Coordenação Pedagógica; a contratação de uma cozinheira da Comunidade sem vínculo com a prefeitura; várias rotatividades de professores; há apenas 3 horas atividades para os professores do pré ao 2º ano, e 4 horas atividades aos professores do 3º ano ao 5º ano. Houve também, grande rotatividade de professores e de outros funcionários que compõem a Escola. Outras mudanças estão sendo projetadas ainda para o próximo ano de 2018, como a composição de turmas com 30 educandos, verificando o quadro acima com a quantidade dos educandos da Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã, observa-se que haverá turmas multisseriadas, o que influencia diretamente o processo de ensino-aprendizagem.

Outro agravante, que se arrasta pelos anos é a questão das estradas, por isso nos dias chuvosos, fica impossível a chegada até a Escola, prejudicando o aprendizado dos educandos. Além deste problema grave em torno das estradas, verifica-se e que ele não é exclusivo do Assentamento. No ano letivo de 2017, a Prefeitura Municipal resolveu colocar motoristas para os ônibus escolares sem concurso público, apenas por contratação, e por ordem judicial estes motoristas foram demitidos. Como de costume, os prejudicados são os educandos, que ficaram sem aula, por falta de transporte.

Estas dificuldades apontadas influenciam diretamente no ensino aprendizagem dos educandos, pois são aproximadamente trinta dias letivos sem aula, somente os educandos que moram próximo a Escola que participam ativamente das aulas. No entanto, o educador não aplica conteúdos novos, para não prejudicar os educandos ausentes.

Todos estes agravantes atrapalham. Porém, não são o suficientes para desanimar o trabalho pedagógico escolar, onde os educadores fazem trabalhos diferenciados, na tentativa de suprir minimamente a defasagem na aprendizagem.

A seguir aborda-se elementos essenciais quanto aos princípios da proposta alicerçada na educação emancipadora dos seus sujeitos, na qual o trabalho e a organização dos educandos na escola tenham um ligação com a vida do Assentamento. Quais seriam os princípios organizadores do PPP das escolas do campo? Que valores?

Os movimentos sociais indicam que a escola não está desvinculada dos acontecimentos sociais, assim, os direitos à saúde, moradia, educação, justiça, trabalho digno, transporte entre outros, devem ser temas a serem tratados quando da elaboração ou avaliação do PPP, pois a conjuntura política, social e econômica que envolve a escola do campo apontam caminhos para se pensar a educação.

3 PRINCÍPIOS DA PROPOSTA EDUCATIVA DO MST E A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Neste capítulo, no sentido de refletir sobre o debate acerca da Educação do Campo e a Educação no MST, em diálogo com a realidade da Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã, tendo por base os princípios da proposta educativa do MST, analisaremos o PPP da Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã e sua relação com a Educação do Campo. Tendo em vista a necessidade de uma educação integral, que possibilite o desenvolvimento de todas as potencialidades dos educandos.

Reiteramos a importância do MST, enquanto movimento social e sua participação na construção da Educação do Campo. De acordo com Caldart (2012).

O protagonismo dos movimentos sociais camponeses no batismo originário da Educação do Campo nos ajuda a puxar o fio de alguns nexos estruturantes desta “experiência”, e, portanto, nos ajuda na compreensão do que essencialmente ela é e na “consciência de mudança” que assinala e projeta para além dela mesma. (CALDART, 2012 p. 259).

Com isso, enfatizaremos a proposta educativa do MST, analisando as matrizes formativas e seus objetivos tendo em vista seu sujeito e sua realidade.

A partir da compreensão de que a Educação do Campo resultou da mobilização dos movimentos sociais do campo em luta pela terra e contra a negligência histórica à população do campo, de lutas por uma política pública de educação nesse espaço, e “contra a educação pragmática e instrumentalizadora, colocada a serviço das demandas de um determinado modelo de desenvolvimento de campo”. (CALDART, 2008, p. 78).

3.1 PROPOSTA EDUCATIVA DO MST

No Caderno Plano de Estudos (FREITAS, SAPELLI E CALDART, 2013, p.11), podemos encontrar como a concepção de educação e de matriz formativa desenvolvida pelo MST, que se dá através da luta pela reforma agrária no Brasil. Nesta formulação se busca contribuir com um projeto educativo comprometido à uma construção de uma sociedade de igualdade social, de trabalho e participação das pessoas, compatível com suas necessidades e capacidades, na produção da vida e de decisões, em todas as suas dimensões. Entendendo como sua especificidade de atuação nas áreas de reforma agrária e no movimento de luta de classes no campo.

O objetivo principal do MST no âmbito da educação é ajudar a formar seres humanos mais plenos e que sejam capazes e queiram assumir-se como *lutadores*, continuando as lutas sociais de que são herdeiros, e *construtores* de novas relações sociais, a começar pelos acampamentos e assentamentos onde vivem e que são desafiados a tornar espaços de *vida humana criadora*. Para isso é preciso educar as novas gerações de modo a que desenvolvam uma visão de mundo que inclua estes objetivos; crianças e jovens ativos, com iniciativa, multilateralidade desenvolvidos, com apropriação de conhecimentos científicos relevantes, capazes de ligar teoria e prática, que aprendam habilidades técnicas, hábitos sociais e valores de convivência e trabalho coletivo. (FREITAS; SAPELLI; CALDART, 2013, p. 11, grifo do autor).

Este objetivo acima citado, nos remete as palavras de Freire (2005, p. 34), que fala sobre a luta do homem no sentido de mãos humanas capazes de trabalhar e de transformar o mundo. Ainda no Caderno Plano de Estudos (FREITAS, SAPELLI E CALDART, 2013, p.11) é possível constatar que para isso é necessário pensar e levar em conta a nova realidade do sujeito, dentro do acampamento ou assentamento, toda a educação será pensada a partir de sua vida concreta. Pois, o MST e sua reflexão sobre educação procura conquistar e/ou construir a escola que trate deste objetivo central. Levando em consideração que educador e educandos precisam internalizar que a educação deve ir além da escola, trabalhando sempre a teoria e a prática. Isso possibilitará entender que quando vivenciado uma dinâmica de luta compreenderá que se trata de uma experiência educativa.

No ano de 2003, sendo o primeiro contato com o Acampamento, este que estava localizado na BR 158, trecho entre Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu, estando cursando a oitava série do ensino fundamental, adentramos a escola construída de lona, falaram sobre fazer a formatura antes da aula, era tudo estranho, este momento intitulado “formatura” se travava de um momento onde era cantado o Hino do MST, durante o refrão os educandos levantavam o punho esquerdo movimentando para cima e para baixo, alguns educandos seguravam uma bandeira que tinha um desenho de uma mulher e um homem segurando um facão, aquilo parecia tão estranho e ao finalizar o Hino faziam gritos de ordem, que também não fazia sentido. Passados alguns dias fomos convidados a participar de um pequeno curso de formação. Este curso foi tão importante naquele momento, pois trouxe o entendimento que naquela “formatura” era o primeiro contato que tivemos com uma prática educativa na formação dos Sem Terra. Pudemos compreender os significados da bandeira, que cada parte foi pensada e planejada criteriosamente, tivemos contato com a letra do Hino e qual o significado de erguer a mão esquerda e o sentido dos

gritos de ordem. A partir, disso não era mais vergonhoso cantar o Hino e erguer o braço durante o refrão, sendo possível inclusive criar os próprios gritos de ordem, levando em consideração o momento ou os acontecimentos recentes.

Diante desse processo, entende-se que a Pedagogia do Movimento tem um papel importante no processo de fortalecimento das práticas educativas dentro dos acampamentos e assentamentos. Freitas, afirma que

[...] Essa pedagogia se fundamenta e reafirma uma concepção de educação, de formação humana, que não é hegemônica na história do pensamento ou das teorias sobre educação, e que não está também na base de constituição da instituição escola: trata-se de uma concepção de base *histórica, materialista e dialética* para a qual é preciso considerar centralmente as condições de existência social em cada ser humano se forma: a produção da existência e a produção ou formação do ser humano são inseparáveis (Marx). Não há formação da consciência fora da vivência das relações sociais e elas são históricas, como o são os objetivos formativos e todos os processos educativos. E não há desenvolvimento histórico (social e pessoal) sem contradições e as decisões tomadas para enfrentá-las. Por isso, não há como discutir um projeto educativo sem incluir a dimensão das relações sociais em que educandos e educadores se inserem para que aconteça a prática educativa. (FREITAS; SAPELLI; CALDART, 2013, p. 12, grifo do autor).

Se não há formação da consciência fora das vivências e das relações sociais e estas sendo históricas entende-se que os objetivos formativos e processos educativos passam pelo trabalho, este trabalho que produz cultura, pois tem relação com a natureza e inclui as relações sociais. Portanto, as matrizes formadoras fundamentais do ser humano que é defendido pelo MST, são as que visam o trabalho, promovem a organização coletiva, a luta social, cultura e história. Essas matrizes constituem o agir do ser humano e que precisam ser desenvolvidas ao longo de sua formação humana que deve inclusive ser multilateral.

Com isso foi possível formular o conceito de ambiente educativo, através desta concepção de educação do MST. Pois, apresentam condições objetivas ou que materializam a intencionalidade formativa que propiciam um desenvolvimento educativo, que potencializam o processo de educação de uma forma na totalidade. Tendo um olhar claro a respeito de tudo o que cerca o educador e o educando, este olhar precisa estar atento as relações sociais entre outros processos que possibilitem momentos educativos (FREITAS, 2013).

O que se pretende com as matrizes formadoras aqui, não é que seja esquecido o conteúdo básico, seja das ciências, artes ou outras disciplinas, e sim poder utilizar

este conteúdo em conjunto com as questões da vida dos sujeitos ali inseridos. É trazer sua realidade, seu cotidiano, suas lutas para o processo educativo.

Logo, entendendo a importância da escola nesse processo como norteador que possibilita discussões e contradições nesse desenvolvimento histórico. Freitas, Sapelli e Caldart (2013) afirmam que

A escola pode ajudar seus educadores e educandos a vivenciar e compreender a relação entre memória e história (enraizamento projetivo), trabalhando na formação da consciência histórica. Para isso alguns aprendizados básicos são necessários: compreender a nossa própria vida como parte da história; respeitar a história; aprender a ver cada ação ou situação numa perspectiva histórica, quer dizer, em um movimento entre passado, presente e futuro, e compreendê-las em suas relações com outras, situações, uma totalidade maior. (FREITAS; SAPELLI; CALDART, 2013, p. 19).

Essas diferentes Matrizes Formadoras trazem uma contraposição à forma escolar atual, buscando priorizar as relações sociais e o cotidiano, fortalecendo o desenvolvimento multilateral do ser humano. Dessa forma, é preciso ter em vista a teoria e a prática no próprio ambiente educativo em conexão direta com os conteúdos escolares.

Sabemos que esta luta é constante, sendo necessário uma prática diária e prezar a construção coletiva onde Freitas, Sapelli e Caldart (2013) apontam que

Em nossas escolas ainda é desafio a construção de uma *forma de organização do plano de estudos e trabalho pedagógico* que junte/articule de modo coerente com nossa concepção de educação todos os elementos de nossa matriz formativa: objetivos educativos, conteúdos de ensino, trabalho, auto-organização, atualidade, considerando seus métodos pedagógicos específicos e os resultados esperados com a intencionalidade construída coletivamente. (FREITAS; SAPELLI; CALDART, 2013, p. 21, grifo do autor).

Tendo em vista as Matrizes Formativas do MST, como orientadoras do trabalho de educação nos do assentamentos ou acampamentos, é necessário considerar a dialética e a realidade ali encontrada, visando uma educação com especificidades do campo e com perspectivas de formação de lutadores e construtores do futuro.

Nesse processo, a Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã, anterior ao processo de municipalização, encontrava-se repleta de particularidades que são encontradas nas Escolas Itinerantes, pois como veremos, ela guiava-se pelos Princípios Educativos do MST, entendendo que ela faz parte da luta e pelo Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak.

3.2 COLÉGIO ESTADUAL CAMPO IRACI SALETE SATROZAK

Para uma melhor compreensão do estudo bibliográfico que nos propomos a fazer, vamos nos reportar ao Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak, tendo em vista que a Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã enquanto Escola Itinerante, desenvolveu seus trabalhos baseados neste PPP.

O PPP de uma escola é um dos instrumentos de construção de uma identidade escolar, exercendo seu direito à diferença, à singularidade, à sua especificidade ou a sua participação. É importante ressaltar que o Colégio Estadual Iraci Salete Strozak foi escolhido para ser Escola Base devido a sua proposta ser desenvolvida em um dos maiores assentamentos da América Latina. (SAPELLI, 2013).

Levando em conta a questão da participação e coletividade tão bem apontadas nas Matrizes Formativas e nos Princípios Educativos do MST, podemos dizer que o Colégio Iraci, é uma construção coletiva que nasceu da luta pela terra e se estrutura através dela.

O Colégio Iraci, surgiu dentro da realidade ali vivida pelos sujeitos em situação de luta e que precisavam se formar enquanto sujeitos. De acordo com o PPP

A escola conseguia fazer a diferença para estes(as) educandos(as) e educadores(as) que apesar das dificuldades de acesso, de falta de estrutura física, recursos didático-pedagógicos, entre outros, ocasionados pelos poderes públicos estadual e municipal, faziam com que a educação contribuísse para o desenvolvimento omnilateral. Os(As) educandos(as) gostavam de ir para escola, pois compreendiam que era um espaço deles e realizavam trabalhos que iam além do registro nos cadernos e livros, de avaliações escritas e orais. (CECISS, 2013, p. 13).

Se a escola já conseguia fazer a diferença, era importante fazer uma escola diferente, fazer a escola pensada de acordo com as propostas do MST, com isso surgiram a construção da propostas dos Ciclos, que visa a organização da escola em Ciclo de Formação Humana, com ênfase no processo de ensino-aprendizagem e desenvolvimento permanente. Assim, como se pretende superar a fragmentação do conhecimento.

Com uma nova forma de organizar a escola, também é necessário pensar outra forma de avaliar o educando, já que a forma tradicional possui sua forma excludente. Porém, não é uma tarefa fácil, segundo o PPP

Fazer a avaliação diagnóstica implica construir um instrumental que marca o processo cognitivo do sujeito e que precisa ser comunicado e encaminhado para o(a) educando(a) e sua família, seja isso trabalhoso ou não, precisamos criar formas. Avaliar não pode ser compreendido apenas como instrumento legal e burocrático, precisa antes de qualquer coisa, ser diagnóstica e de encaminhamento para o avanço do desenvolvimento do sujeito e nesse sentido nossos(as) educandos(as) apresentam grandes necessidades. (CECISS, 2013, p. 16).

Em sua fundamentação teórica o PPP do colégio Iraci, aborda questões como a concepção do campo, que trata das transformações econômicas e sociais ocorridas no Brasil, a partir do século XX, e questões de exclusão aos povos do campo. Com destaque para a Revolução Verde, entre outros programas do governo, que massacrava o pequeno camponês. No entanto, traz o MST, como um Movimento articulado para se contrapor ao modelo instalado. Segundo o PPP

O surgimento do MST (Movimento dos trabalhadores rurais sem terra), portanto, demarcou a resistência da classe camponesa frente o avanço do capitalismo no campo, o qual – a cada vez mais – concentrava e centralizava a terra, os recursos e a tecnologia para produzir do campo. Ainda no final do século passado, com o advento do agronegócio, a função dos movimentos sociais de luta pela Reforma Agrária constituiu uma importância fundamental para a manutenção vida no campo. Pois atrelado ao acesso a terra, objetivo primeiro destes movimentos como o MST, também se buscava o acesso às estruturas básicas de subsistência, dentre estas às formas de produção agropecuária, a saúde e a educação. (CECISS, 2013, p. 22).

Com isso se justifica as ações feitas pelo MST e o surgimento dos acampamentos e assentamentos, no qual o Colégio Estadual do Campo Iraci está localizado. Esta fundamentação sobre a concepção do campo é o que antecede a concepção de Educação do Campo, pela qual o MST e outros movimentos sociais, estudam, discutem, sistematizam, elaboram e difundem, almejando a Educação do Campo para os povos do campo.

Nesse ponto é importante ressaltar os objetivos do Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak, pois eles apontam qual é a proposta da escola para a formação do sujeito, e que são objetivos baseados nas Matrizes Formativas e Princípios Educativos do MST, ou seja, são objetivos coerentes com a formação humana pensada dentro do Movimento.

A escola propõe e se coloca como objetivos na formação humana: gerar, construir, transmitir e disseminar o conhecimento, em padrões elevados de qualidade e equidade na educação, promover e valorizar o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, social, artístico e cultural. Valorizar o ser

humano, a cultura e o saber. Promover a formação omnilateral do sujeito com capacidade crítica. Conservar e difundir os valores éticos e de liberdade, igualdade e democracia. Estimular a solidariedade humana na construção da sociedade e na (re)estruturação do mundo da vida e do trabalho. Educar para a conservação e a preservação da natureza. Propiciar condições para a transformação da realidade visando à justiça social e ao desenvolvimento auto-sustentável. Estimular o conhecimento e a busca de soluções de problemas do mundo contemporâneo, em particular os regionais e nacionais. Promover a educação e a formação integral humana numa perspectiva ética e de responsabilidade social. Oferecer situações de aprendizagem que possibilitem a formação do sujeito comprometido com uma sociedade justa. Implantar ações comprometidas com a realidade local a que serve. Criar na escola um lugar propício para o trabalho cooperativo, participativo, harmonioso, desenvolvendo atividades que despertem atitudes e valores. Fazer um trabalho de cooperação entre todos os setores da comunidade, mostrando sempre que a escola está inserida no contexto da sociedade. (CECISS, 2013, p. 28).

No estudo bibliográfico do PPP do Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak, foi possível perceber que além das Matrizes Formativas do MST, ele também reúne os Princípios Filosóficos e Pedagógicos que foi exposto no primeiro capítulo deste trabalho, sendo eles, elementos importantes na constituição da Educação do Campo que estaremos tratando no terceiro capítulo.

Como foi dito anteriormente, a Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã organizava-se através do PPP do Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak, pois, este era a Escola Base das Escolas Itinerantes e estas não possuíam seus Projetos Políticos Pedagógicos específicos. Contudo, a partir da municipalização da Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã em 2006, foi iniciado as discussões acerca do PPP da Escola com os educadores ainda da Escola Itinerante. No entanto, não foi concluído devido à mudança dos educadores. Contudo, a equipe pedagógica que assumiu a Escola deu continuidade na elaboração do PPP, o qual será apresentado no seguimento do trabalho.

3.3 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA RURAL MUNICIPAL SEMENTES DO AMANHÃ

Segundo a LDB 9.394/96 (BRASIL, 1996), que regulamenta a obrigatoriedade para todos os estabelecimentos de ensino a elaboração do Projeto Político Pedagógico, prevê no seu art. 12, inciso I, que “os estabelecimentos de ensino, respeitarão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”. Esse preceito legal está sustentado na ideia de que a escola deve assumir como uma de suas principais tarefas, o trabalho de refletir sobre sua intencionalidade educativa.

Portanto, após a municipalização da Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã, era necessário a elaboração do Projeto Político Pedagógico com a participação da Equipe Pedagógica, bem como, de outros envolvidos na Escola, para que o projeto fosse construído coletivamente, e principalmente que atendesse os princípios educativos do MST, assim como a Educação do Campo.

3.3.1 Identificação da Escola

A Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã – Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil, localiza-se na Comunidade Orgânicos, Nossa Senhora Aparecida, Assentamento Celso Furtado, Quedas do Iguaçu/ PR. Tem como entidade mantenedora Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu, pertencente ao Núcleo Regional de Educação (NRE), Laranjeiras do Sul/PR. Sendo que a distância da Escola até o NRE é de 65 KM. Como já citado anteriormente, a aprovação da Escola se deu através da Lei Municipal de Criação 396 de 28/03/2007. Com a Autorização de funcionamento, por meio da resolução Nº 329/10 de 26/01/2010 Parecer nº 222/10 – CEF/SEED. (ERMSA, 2015, p. 05).

Atualmente, a Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã, está contando com cinco salas de aula, uma sala de vídeo que é compartilhada com a sala dos professores, uma cozinha, um saguão, três banheiros, secretaria, biblioteca, os netbooks existentes estão desativados por falta de manutenção.

3.3.2 Fundamentação Teórica

No PPP, consta como Filosofia da Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã

Formar o educando a partir de valores éticos, conscientizando o aluno de suas responsabilidades sociais, justiça, no loco da liberdade e solidariedade, aprofundado seus conhecimentos de homem do campo, para uma sociedade de igualdades. (ERMSA, 2015, p. 12).

Podemos constatar a relação entre a filosofia da Escola e o objetivo principal do MST, quando fala sobre a formação de seres humanos engajados na luta social, na busca pela liberdade onde podem assumir como lutadores. Inclusive, destaca-se o que diz respeito ao aprofundamento dos conhecimentos e apropriação do conhecimento científico para o homem do campo, que possibilitem sua práxis, ou seja,

um conhecimento adquirido na Escola que possa auxiliar sua vida no campo, assim como sua vida no campo favoreça sua assimilação de conhecimentos na Escola.

Quanto ao objetivo geral da Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã que busca “Proporcionar aos educandos uma educação de qualidade, onde sejam capazes de aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver”. (ERMSA, 2015, p. 12). E os objetivos gerais que são

Propiciar através das culturas populares o multiculturalismo; Propiciar ao educando a possibilidade de pleno desenvolvimento, preparando o educando para o exercício da cidadania. Promover uma parceria entre alunos, pais e professores que levem a responsabilidade compartilhada no aprendizado. Proporcionar o diálogo, decisões coletivas de forma crítica e responsável; Desenvolver a autoconfiança, autoestima dos educandos e educadores através de suas capacidades afetiva, físicas, cognitivas e éticas. (ERMSA, 2015, p. 12).

No PPP da Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã, foi possível encontrar alguns pontos que se assemelham ao PPP do colégio Iraci Salete Strozak. Ambos os PPP's ressaltam a importância da qualidade na educação, o desenvolvimento dos valores éticos, a valorização da cultura, a formação plena do desenvolvimento de forma crítica, entre outros que ressaltam a importância de uma escola que busca a formação multilateral, onde visa o desenvolvimento do educando e de outros que estão inseridos na escola ou no seu entorno.

De acordo com o PPP da Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã, a Escola apresenta várias concepções, como: Concepção de homem e mundo; Concepção de sociedade; Concepção de escola; Concepção de educação; Concepção de cultura; Concepção de gestão democrática cidadania e cidadã; concepção de conhecimento e currículo; Concepção de ensino-aprendizagem; Concepção de avaliação e a Concepção de Educação do Campo a qual estaremos analisando de forma direcionada.

Esta concepção de Educação do Campo é apresentada de uma forma superficial, pois, traz apenas duas citações de dois autores diferentes como Caldart e Veiga, onde poderia ter sido melhor aprofundada, já que Caldart é uma das principais referências sobre Educação do Campo no Brasil. Porém, é preciso ser aprofundada na teoria, mas, principalmente utilizada na prática.

4 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: CAMINHOS NECESSÁRIOS PARA A CARACTERIZAÇÃO DE SEUS SUJEITOS

Este capítulo, passa pelo esforço de identificar no Projeto Político Pedagógico da Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã, os elementos dos princípios da Educação do Campo. Para tal, é necessário caracterizar os sujeitos desta Comunidade.

Como dito a Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã está localizada na Comunidade Orgânicos “Nossa Senhora Aparecida”, a Comunidade possui um nome político –Orgânicos- e um nome religioso –Nossa Senhora Aparecida. Esta Comunidade foi criada a partir da luta pela terra e a conquista do Assentamento Celso Furtado, como já tratado anteriormente.

Esta Comunidade foi organizada, com famílias que possuíam um mesmo desejo na forma de trabalho, que seria o trabalho Orgânico, e a intencionalidade da construção de uma escola forte, era partilhada por todos. No entanto, muitas famílias que estavam na Comunidade no seu início, fizeram permutas de seus lotes, outros venderam e foram embora, o que provavelmente enfraqueceu a comunidade, pois os novos moradores nem sempre se identificam com os elementos constituintes da Comunidade, ou não tem filhos em idade escolar, outros ainda mandam seus filhos para outra escola, devido ao horário de atendimento ser matutino. Sendo essas, algumas hipóteses levantadas, no decorrer das observações realizadas diariamente no cotidiano escolar.

Mas, no geral os sujeitos desta Comunidade buscam na Escola o atendimento aos educandos, que conheça e respeite a condição de trabalhador do campo e integrante do MST, o PPP afirma que

As famílias buscam uma escola que atenda as especificidades do Assentamento Celso Furtado, assumindo no ponto de vista estrutural e organizacional a condição de uma **escola do campo**, localizada num território conquistado e que faz parte de uma Organização Social reconhecida internacionalmente como Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST. (ERMSA, 2015, p. 04, grifo do autor).

No PPP, da Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã, logo na apresentação, observamos que tem por objetivo atender e garantir o “direito” à escolarização das crianças com um projeto vinculado à Educação do Campo. Aqui destaca-se a palavra direito, pois se é um direito, cabe uma pergunta: Por que precisa

ser garantido a Educação que já é um direito adquirido? Entende-se que mesmo a Educação do Campo garantida nas leis que apresentaremos no seguimento do trabalho, sabemos que é preciso uma luta contínua dos Movimentos Sociais e de outros grupos engajados neste projeto. Além disso, precisamos de uma Comunidade forte, esclarecida sobre Educação do Campo, que possa andar junto com a escola.

E, podemos reafirmar que a luta pela terra, pela educação, pela dignidade é uma ação coletiva de homens e mulheres excluídos de direitos que buscam uma meio de reencontrar seus direitos já reconhecidos abstratamente sejam colocados em prática, mesmo que com isso aconteça conflitos sociais. (PONTES, 2012).

Se entender a identidade Sem Terra e relacioná-la com a importância da escola poderá compreender seu papel fundamental na construção da história. Caldart (2003) afirma que

[...]Da mesma forma que a luta pela terra precisa ser feita e conduzida pelos próprios sem-terra, o processo de construção de uma escola que se misture com esta luta precisa ser obra dos mesmos sujeitos. Nos assentamentos e acampamentos esta é uma realidade facilmente constatável: enquanto as famílias Sem Terra não agarram a escola como um assunto que lhes diz respeito tanto quanto as definições sobre a produção ou a continuidade da luta pela Reforma Agrária, não se vê uma escola do jeito do Movimento, mesmo que ali estejam educadores com propósitos pedagógicos libertadores. O grande desafio pedagógico ali é exatamente pressionar para que a escola seja assumida pelos sujeitos que a conquistaram. Em alguns lugares isto inclui os educadores, as educadoras. (CALDART,2003 p.65-66).

Desta forma, cabe aos sujeitos da escola se colocarem como forças contra a escola hegemônica instituída e ao projeto de educação imposto para a classe trabalhadora pelo capitalismo. Esse movimento histórico de construção de escola de campo, assim como construção de um projeto de unificação das classes trabalhadoras mobilizadas pela disputa contra hegemônica. (MOLINA; SÁ, 2012, p.326-327).

Portanto, se a Educação do Campo está no seu processo de estruturação e nós como parte integrante e fundamental para solidificação deste conceito, precisamos pensar e repensar nossas práticas cotidianas que fortaleçam a Escola, trazendo as discussões já feitas para dentro do espaço escolar, atingindo toda a Comunidade Escolar.

Como identificado e analisado anteriormente no PPP da Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã estas discussões sobre a Educação do Campo parece distanciado da comunidade, muito se fala em Educação do Campo, mas, é necessário segundo Molina (2006).” A unidade se dá na compreensão do campo como espaço

de produção e reprodução da vida, de trabalho, de novas relações com a natureza, da produção de cultura.” Pode-se dizer que a compreensão se dará a partir de trabalhos coletivos que insiram a Comunidade evidenciando suas potencialidades de camponês.

No próximo item, apresenta-se as leis que garantem a Educação do Campo, mas, é preciso reforçar a ideia de que essas leis foram conquistadas e que a luta continua para a manutenção de tais leis. Ainda de acordo com Caldart (2013)

A Educação do Campo nomeia um *fenômeno da realidade brasileira atual*, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana. (CALDART, 2013, p. 259, grifo da autora).

Com isso, a Educação do Campo ganha espaço e amparo legal, sendo necessário continuar tensionando as esferas políticas de modo que cada vez mais o trabalhador do campo tenha possibilidades de uma educação de qualidade, no Ensino Básico e no Ensino Superior.

Na próxima seção vamos abordar elementos importantes sobre a Educação do Campo que não são apresentadas de forma explícita nos PPP's estudados. Mas, que fazem parte de um processo histórico de luta, principalmente dos movimentos sociais. E, que sustentam a Educação do Campo.

4.1 BASES LEGAIS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

A Educação do Campo que nos referimos é um projeto educativo integrado ao desenvolvimento da Comunidade dos povos do campo, trazendo um conjunto de intenções, objetivos, ideias e expectativas para os trabalhadores e trabalhadoras do campo. A Educação do Campo visa uma ruptura com a Educação Rural, que durante anos manteve em sua estrutura características instituídas no Brasil Império. Entre essas características apresenta-se de uma educação voltada as populações urbanas, pregando que o urbano é o melhor local para viver e trabalhar, e que o campo é um lugar de atraso, de vida precária e de trabalho árduo.

Na verdade, os legisladores não conseguem o devido distanciamento do paradigma urbano. A idealização da cidade, que expiram maior parte dos textos legais, encontra na palavra adaptação, utilizada repetidas vezes, a recomendação de tornar acessível ou de ajustar a educação escolar, nos termos da sua oferta na cidade às condições de vida do campo. Quando se trata da educação profissional, igualmente presente em várias Cartas Estaduais, os princípios e normas relativas a implantação e expansão do ensino profissionalizante rural mantêm a perspectiva residual dessa modalidade de atendimento. (BRASIL, 2013, p. 274).

Mas, a partir da década de 1970, a luta por uma educação diferenciada nas escolas rurais passou a fazer parte das pautas de reivindicações dos Movimentos Sociais do Campo, que agregariam a luta era pela terra, pelo trabalho, pela dignidade e pela educação. Segundo Paraná (2010) “Esse movimento nacional que tem como meta romper com a lógica da Educação Rural, instituindo diretrizes que dão bases legais à chamada Educação do Campo, que se reproduz no contexto paranaense”. (PARANÁ, 2010, p. 05).

Felizmente, após todos estes anos de luta pela Educação do Campo, ela começa a fazer parte das políticas públicas, sendo direcionadas às Comunidades do campo.

Nesse sentido, podemos dizer que não basta que a Educação do Campo seja garantida por lei, nem mesmo que construam novas escolas, precisamos de uma articulação entre a escola e a comunidade, para isso, já citamos nos capítulos anteriores, alguns indicativos que podem contribuir neste processo.

No que diz respeito as bases conceituais da Educação do Campo foram traçadas na “I Conferência Nacional por uma Educação Básica no Campo”, realizada em 1998, na cidade de Luziânia, em Goiás. Na ocasião foi reafirmada a luta pela legitimação de uma educação voltada às populações que vivem do campo e no campo. (CALDART, 2013, p. 260).

Logo após, a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo (Parecer nº 36/2001) - (BRASIL, 2001), outros marcos legais reforçam a Educação do Campo, no âmbito da política pública: Constituição Federal de 1988- artigo 205; Plano Decenal de Educação para todos – 1993; Plano Nacional de Educação – 2001; LDB nº 9.394/96 – artigo 28 e seus respectivos incisos; Resolução CEB nº 3, de 10 de novembro de 1999 (Diretrizes Nacionais para o funcionamento das Escolas Indígenas); Resolução nº 1/2002, do Conselho Nacional de Educação; Criação da Secadi (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão)- 2004; Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008.

Ao que refere-se à Constituição Federal de 1988, Paraná (2010), afirma que

O texto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 dá subsídios suficientes para que a sociedade exija do Estado o direito a uma educação pública gratuita e de qualidade. Todavia, a história nem sempre foi assim, principalmente no que diz respeito ao atendimento escolar às crianças, jovens e adultos, oriundos dos territórios rurais. A história aponta para diferentes situações que refletem territorialmente os interesses políticos e econômicos de grupos dominantes em seu tempo. (PARANÁ, 2010 p. 1).

Diante da apresentação, de todos esses amparos legais, compreende-se a necessidade de conhecer a Legislação para que possamos lutar pela Educação e a escola do Campo, baseados em documentos incontestáveis.

No entanto, alerta Caldart (2003, p. 66), com quem concordamos:

Ajudar a construir escolas do campo é, fundamentalmente, ajudar a constituir os povos do campo como sujeitos, organizados e em movimento. Porque não há escolas do campo sem a formação dos sujeitos sociais do campo, que assumem e lutam por esta identidade e por um projeto de futuro. Somente as escolas construídas política e pedagogicamente pelos sujeitos do campo conseguem ter o jeito do campo, e incorporar neste jeito as formas de organização e de trabalho dos povos do campo. (CALDART, 2003, P. 66).

Outro fator, amparado legalmente e que trataremos a seguir é a formação de educadores do campo. Sobre a formação dos educadores para atuação em escolas do campo, vale indagar: como vêm se construindo, historicamente, as identidades dos professores do campo? Como vem ocorrendo a formação desses professores cujo contexto de atuação possui especificidades distintas daquelas encontradas em escolas urbanas?

No estudo realizado no PPP da Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã, encontramos sobre a formação do Educador do Campo, para dar ênfase neste tema tão pertinente, buscamos o amparo legal, que garante à Formação de Educadores do Campo, dialogando com autores que apresentam a necessidade de uma formação específica para o educador do campo, que precisa ter suas especificidades respeitadas e valorizadas.

4.2 Formação de Educadores do Campo

É importante salientar, sobre todas as conquistas já adquiridas através dos Movimentos Sociais, no que diz respeito à Formação de educadores, nestes anos de luta foram criados Cursos de Magistério, Cursos Normais de Nível Médio, Pedagogia

da Terra, entre outros. Porém, o fato é a necessidade da continuidade destes processos de formações para o educador do campo, segundo Arroyo

Um projeto educativo, curricular, descolado desses processos de produção da vida, da cultura e do conhecimento estará fora do lugar. Daí a centralidade desses saberes para a formação específica de educadoras e educadores do campo. (ARROYO, 2007, p.167).

Outro aspecto considerado importante para a formação de educadores do campo é a concepção de uma formação que se propõe a superação da fragmentação do conhecimento. Uma formação por áreas de conhecimento é uma estratégia para ser utilizada.

De acordo com Arroyo (2005 apud CALDART 2012, p. 366). Há ainda uma motivação para resistir à fragmentação em que se estruturam os currículos de educação básica e de formação, quando pensamos a Educação do Campo e a formação de seus profissionais: o campo não se desenvolve na lógica fragmentada com que a racionalidade técnica recorta as cidades, na qual cada instituição e campo profissional é capacitado para dar conta de um recorte do social. No campo, nas formas produtivas em que os diversos povos se organizam, tudo é extremamente articulado. Os movimentos sociais agem e se estruturam nessa dinâmica produtiva, social, cultural. As intervenções e lutas desses movimentos são totais, e conformam seus integrantes como militantes educadores totais que propõem currículos que incorporem essa formação totalizante nos cursos de formação. (ARROYO, 2005).

Quando se fala no projeto de Educação do Campo e a ruptura com a educação rural, também entende-se a necessidade de uma mudança no perfil do professor, que não há mais espaço para um professor meramente instrutor e que apenas se preocupa no repasse de conteúdos. Por isso, há a preocupação com a formação dos educadores do campo, pois, com a formação o docente poderá conhecer os princípios e as finalidades da Educação do Campo, que já foram apresentadas nesta pesquisa. E que estão definidas pelas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2001/2004) - (PARANÁ, 2001), tornando-se comprometido com a construção de uma sociedade mais justa e sustentável. De acordo com Frigotto (2010).

Todavia, para que haja a possibilidade efetiva de mudanças, o desafio dialético e da efetiva democracia é o de qualificar a quantidade, isto é, desenvolver processos formativos e pedagógicos que transformem cada

trabalhador do campo e da cidade em sujeitos, não somente pertencentes à classe, mas com a consciência de classe que lhes indica a necessidade de superar a sociedade de classes. (FRIGOTTO, 2010 p. 40).

Portanto, a formação deve servir para a tomada de consciência, enquanto um trabalhador pertencente à uma classe.

Podemos afirmar, que o Estado do Paraná devido aos fatores das lutas dos movimentos sociais, das diferentes representações de base política ou de pessoas engajadas no projeto de Educação do Campo, sempre possibilitou aberturas inclusive na questão da formação dos educadores. Paraná (2010) assinala que

A disseminação da Educação do Campo passou a ocorrer através da publicação de materiais de apoio pedagógico e do delineamento de diretrizes curriculares que orientam os trabalhadores da educação na organização do trabalho pedagógico escolar. Outra iniciativa foi a realização de Cursos de Formação Continuada, dando visibilidade às especificidades e às territorialidades dos sujeitos do campo, bem como, a importância de ser considerada toda a diversidade existente na cultura escolar. (PARANÁ, 2010 p. 5).

Ao analisarmos o PPP, pode-se averiguar a proposta da Formação Continuada para os educadores e educadoras da Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã, que aborda a legislação brasileira através da LDB, capítulo VI, onde regulamenta a formação dos profissionais da Educação nos seguintes artigos:

Art.61- A formação dos profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase de desenvolvimento do educando, terá como fundamento:

I - a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;

II - aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

Art.67- os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais de educação, assegurando-lhes: [...] aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico para esse fim; [...] período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho. (BRASIL, 1996).

Ainda apresenta, as propostas de formações continuada, firmadas a partir das parcerias entre Secretaria Municipal de Educação e instituições Federais, como:

- a) Cursos de capacitação Pacto, Pró-letramento de Alfabetização e Matemática (UEPG) b) Semana Pedagógica (início do ano letivo e início do segundo semestre); e mais recentemente, os cursos à distância pela IFPR – Pró-funcionário e Formação pela Escola. (ERMSA, 2015 p. 27).

Observa-se a justificativa e em seguida fala sobre o dever dos profissionais da educação na participação nos eventos e ainda faz uma cobrança no sentido de uma proposta mais concreta e amparada, sobre o processo formativo, onde o PPP (2015), afirma que

É no “chão” da escola que propostas de mudança devem ser levantadas, discutidas e concretizadas, tendo como elemento norteador o projeto político pedagógico garantindo um processo formativo que promova a tomada de consciência para a construção da escola democrática.

Enquanto profissionais da educação, devemos participar dos eventos formativos propostos pela Secretaria de Educação. Mas precisamos de uma proposta mais concreta e amparada, permitindo ao professor o direito de um espaço coletivo de discussão para uma formação mais direcionada ao conhecimento com o objetivo de analisar a relação entre o saber teórico e o fazer pedagógico dentro de uma visão crítica e de novas perspectivas. (ERMSA, 2015 p. 27).

Conseqüentemente, o desafio para a construção de um PPP emancipatório, perpassa o entendimento já pontuado de que a identidade das escolas do campo “é definida pela comunidade escolar em conjunto com a comunidade local, devendo participar do momento de definição os gestores municipais e representantes estaduais” (PARANÁ, 2010, p. 14).

A partir, das pontuações apresentadas acerca da formação do educador, podemos parafrasear Freire com a Pedagogia do Oprimido que aponta a dicotomia entre a educação “bancária” e a investigação conscientizadora, pois a educação bancária é aquele que apenas deposita no educando todo seu conteúdo. Enquanto, na investigação conscientizadora é um processo que deve estar sempre renovando e ampliando-se. Onde educador e educando terão que aprender juntos, dialogando sobre suas práticas e refletindo sobre elas. Com isso, podemos afirmar que o educador ou educadora, com perspectiva de renovar-se e ampliar seus conhecimentos, poderá atuar de forma mais significativa na educação conscientizadora. Pois, assim ele estará abrindo possibilidades de ser um professor investigador, que pode buscar junto aos educandos o diálogo e a reflexão necessária para desenvolver um trabalho com abertura para o novo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apona-se algumas considerações referentes a esta pesquisa, na primeira parte do trabalho onde apresentou-se uma contextualização histórica do processo de luta pela escola dentro dos acampamentos do MST, percebeu-se tal urgência em construir uma escola devido à necessidade em atender as crianças, que por vários motivos não poderiam frequentar a escola “formal”.

E, se nesta escola formal não há lugar para os educandos acampados, não pode ter o interesse em reproduzir tal escola, é necessário abrir-se para o novo. Uma escola que realmente atenda os sujeitos do lugar, entendendo, refletindo, observando tudo a partir de sua realidade.

Para este anseio, ser efetivado na prática, foi preciso construir um projeto educacional voltado para a realidade do sujeito, ora acampado ou em condição de itinerância. Tal qual, foi necessário a construção inicial, com definições de princípios que devem nortear o trabalho educativo nas Escolas Itinerantes. Entendeu-se que esta construção ainda está em processo, e nós como protagonistas desta história, estaremos dando continuidade a estes escritos e a essas sistematizações que colaboram para a Educação do Campo e seu fortalecimento.

Com a presente pesquisa compreendeu-se a importância do surgimento das Escolas Itinerantes no Paraná, todo o trabalho desenvolvido pelo Coletivo de educação e principalmente a partir da sua oficialização, onde possibilitou a inserção de crianças, jovens e adultos nas diferentes modalidades de ensino, salientando que a pesquisadora retomou os estudos devido a este processo ocorrido no acampamento a qual era integrante.

O processo de transição que ocorreu do acampamento para assentamento, foi um processo lento e por vezes cansativo, pois, a partir do assentamento ocorre a legalização do assentado, com isso, as esferas Federal, Estadual e Municipal não se entendem, e ficam no “jogo de empurra”, sobre suas obrigações. Na questão da educação do Assentamento Celso Furtado, a Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu, precisou ser lembrada pelo governo estadual que deveria assumir as escolas municipais do assentamento. Para isso, precisou realizar concursos públicos e dar contrapartida ao Estado para a construção das estruturas físicas das escolas e a continuar a sua manutenção.

Nesta pesquisa, observa-se que processo de transição de escolas itinerantes para escolas municipais é uma conquista na luta pela educação, sendo necessário que se mantenha o propósito dos princípios, e prossiga a utilizar as matrizes formativas do MST. Porém, existe ainda os embates para a manutenção das Escolas nas comunidades. Mas, nesta pesquisa foi possível perceber o interesse por parte da Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu, da nuclearização das Escolas em uma só Comunidade, com salas superlotadas e quantidade mínima de professores, com isso, acarretando a precarização do ensino. No entanto, esse interesse não é exclusivo deste município, mas, sim, um interesse nacional do sucateamento da educação.

De acordo, com esta pesquisa podemos levantar como dificuldades/desafios encontradas nas Escolas a partir de sua municipalização a manutenção na qualidade das estruturas físicas; a rotatividade dos professores; a frequência dos educandos, devido à falta de transportes, seja por defeitos ou pela impossibilidade em trafegar nos dias chuvosos. No que refere-se aos livros didáticos foram adotados livros direcionados à Educação do Campo, porém ainda são poucos os materiais disponibilizados ao trabalho pedagógico do professor. Alguns trabalham levando em conta a realidade do educando e outros não simpatizam com a proposta de Educação do Campo, principalmente, por não conhecê-la ou entendê-la. Nesse último caso, a importância da formação do educador, que seja voltado à Educação do Campo, para que em algum momento, estes princípios sejam internalizados pelo educador ou educadora, assumindo esta identidade.

Sem dúvida a escola no campo é uma conquista dos Movimentos Sociais, porém, os desafios atualmente em se manter a proposta de luta à classe trabalhadora, sendo que, esta proposta de luta, é sobre uma educação emancipatória, que parafraseando Frigotto (2010), essa proposta de educação emancipadora, é parte de uma luta que abrange todas as esferas da vida, seja no plano econômico-social, político, cultural, científico, educacional ou artístico. Trata-se de uma educação que não atende o modelo de projeto societário dominante, por isso tamanho descaso com a educação pública no Brasil.

Isso se fundamenta na perpetuação da ideia de que o campo é um lugar de atraso, que para trabalhar e viver no campo, não é preciso ter estudo. “O descaso com a educação no meio rural tem levado a uma compreensão de que o lugar de quem

estuda é na cidade e que, para continuar na roça, os trabalhadores não necessitam de estudo” (CAMINI, 1998, p. 37).

Dentre alguns momentos marcantes da contextualização histórica da constituição da Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã, destaca-se o trabalho coletivo realizado pelo grupo de educadores e educadoras, que mesmo com as dificuldades encontradas naquele período da Escola Itinerante, desenvolveram o melhor trabalho que foi possível para aquele momento, e que atualmente os resultados deste trabalho estão sendo constatados. Alguns educandos deram continuidade aos estudos, uma das educandas do ano de 2007, agora está em um curso na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). E outra, que foi minha educanda no segundo ano, para meu total contentamento este ano de 2017, ou seja, 10 anos depois, também se inseriu no curso - Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas, (UFFS) o qual estou finalizando após o término deste trabalho.

Ao analisarmos, os princípios da proposta educativa do MST e a Educação do Campo, comparando com o PPP da Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã, pudemos identificar suas semelhanças, seja no sentido de valorização do sujeito do campo, da compreensão da sua realidade, na busca do desenvolvimento do trabalho teórico e da prática, a busca da conscientização do educando em relação das responsabilidades sociais, da justiça, a valorização da cultura, a formação multilateral.

No entanto, sabendo que no ano de 2018, o PPP da Escola objeto de nosso estudo será reelaborada, sugerimos que ele possa ser ampliada, trazendo em si mais elementos que caracterize melhor a Educação do Campo, incluir mais autores, como Caldart(2012), Camini (1998), Sapelli (2013), Frigotto (2010), Freitas (2012), além de fontes como os Cadernos de Educação do MST, Dossiê entre outros, que são riquíssimos. Mas, sem esquecer de que esses elementos foram trazidos das práticas já vivenciadas. Parafraseando Freire (1997), que em algum momento, vamos conseguir aproximar nossa fala com nossas atitudes, ou seja, aquilo que se diz se tornará nossa prática.

Reafirmar-se a partir desse estudo, que o Projeto Político Pedagógico para a escola do campo deve ser elaborado buscando atender as especificidades e particularidades desse cenário. Nessa perspectiva destacamos Caldart (2004), que afirma em manter viva a memória da Educação do Campo, continuar e dinamizar a

construção e reconstrução sendo algo próprio de seus sujeitos, identificar as diferentes dimensões da luta na atualidade, e continuar a construção do projeto político e pedagógico da Educação do Campo.

Do ponto de vista, das bases legais sobre à Educação do Campo, teve-se muitas conquistas, porém, é preciso uma luta contínua para pressionar a definição das políticas públicas de cumprir com suas obrigações diante deste processo. Ou seja, antes, durante e depois do surgimento da Educação do Campo, os movimentos sociais populares atuam fortemente para a continuidade deste projeto educativo, sendo crucial a organização e a promoção de novas lutas/conquistas, para que a Educação do Campo não seja meramente uma cópia da Educação Rural.

Há contudo, um fio condutor que une as experiências. Educadores que são lutadores da escola do campo, que plantaram sementes, essas sementes são nossas crianças que acreditamos ser o futuro do amanhã, fazendo parte e modificando a sua história hoje. É com certeza, nesse sentido que continuamos plantando sementes, plantando sonhos, plantando a indignação pelo modelo socioeconômico vigente, plantamos ideias de coletividade, plantamos a busca incessante pelo conhecimento.

E, acreditamos que, este trabalho desenvolvido coletivamente na Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã que a caracteriza como Escola do/no Campo. E, precisa cada vez mais de novas parcerias, de educadores mais atuantes, comprometidos com a Educação do Campo, que se identifiquem com a luta social, que se reconheçam como classe, que sejam capazes de potencializar a disputa, que possam ter posicionamentos diante dos embates sociais.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vilma. A Marcha Nacional dos Sem-Terra e o MST. **Revista de Sociologia e Política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará Nº 15: 137-139 Nov. 2000. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n15/a12n15.pdf>> Acesso em: 02 dez. 2017.

ARAUPEL. **Histórico da empresa Araupel**. Disponível em: <<http://www.araupel.com.br/sobre-nos/historico/>>. Acesso em: 18 mai. 2017.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Políticas de formação de educadores(as) do campo**. *Cad. CEDES*[online]. 2007, vol.27, n.72, pp.157-176. ISSN 1678-7110. <[Http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622007000200004](http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622007000200004)>.

BAHNIUK, Caroline **Educação, trabalho e emancipação humana: um estudo sobre as escolas itinerantes dos acampamentos do MST**. 2008.

BRASIL. **Constituição Federal**. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_205_.asp>. Acesso em: 30 set. 2017.

Cadernos da Escola Itinerante-MST: História, Projeto e Experiência, Ano VIII-nº1-abril de 2008.

CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. **Currículo sem fronteiras**, v. 3, n. 1, p. 60-81, 2003.

CALDART, Roseli Salete et al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CAMINI, Isabela. O cotidiano pedagógico de professores e professoras em uma escola de assentamento do MST: limites e desafios. **Mestrado em Educação. Porto Alegre: PPGEDU/UFRGS**, 1998.

CASTAGNA MOLINA, M. et al. **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília (Brasil). IICA, Brasília, DF (Brasil)., 2006.

COCA, E. L. de F.; FERNANDES, B. M.; Assentamentos Rurais: Territórios do Território Cantuquiriguaçu, Estado do Paraná. Disponível em: <www.uff.br/vsinga/.../Estevan%20Leopoldo%20de%20Freitas%20Coca>. Acesso em: 17 out. 2015.

DIRETRIZES OPERACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA NAS ESCOLAS DO CAMPO. Ministério da Educação. Brasília, 2002.

Legislação do Paraná. (**Governo do Paraná**) Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=69387&codTipoAto=&tipoVisualizacao=original>>. Acesso em: 17 mai. 2017.

FAEP. Boletim bimestral. Disponível em:

<http://www.faep.com.br/boletim/bi843/encarte_flora_bi843.htm> Acesso em: 30 set. 2017.

FERNANDES, Bernardo M. Formação, Espacialização e Territorialização do MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra-Brasil disponível em:

<<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografiaagraria/272.pdf>> Acesso em: 10 out. 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 43. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREITAS, Luiz Carlos. A avaliação para além da “forma escola”. **Revista Educação: teoria e prática**. Rio Claro, São Paulo. V 20, n 35, 2010. Disponível em

<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/4086>
Acesso em 08 out. 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Projeto societário contra-hegemônico e educação do campo: desafios de conteúdo, método e forma. **Educação do campo: reflexões e perspectivas**. Florianópolis: Insular, p. 19-46, 2010.

GHEDINI, Cecília Maria. A produção da Educação do Campo no Brasil: das Referências Históricas à Institucionalização. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

Governo Brasileiro. **Lei Federal**. <[Http://www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 27 mai. 2017.

HAMMEL, Ana Cristina; SILVA, Nilton José Costa; ANDREETTA, Ritamar (Org.). **Escola em Movimento: A conquista dos Assentamentos**. 1. ed. Rio Bonito do Iguçu: Progressiva, 2007.

JANATA, Natacha Eugênia. **Juventude que ousa lutar: Trabalho, educação e militância de jovens assentados do MST**. Universidade Federal de Santa Catarina. Tese de Doutorado. Florianópolis. 2012.

MST. Dossiê MST Escola: documentos e estudos 1990-2001. **São Paulo: Setor de Educação do MST, 2005f.(Caderno de Educação, n. 13). Edição especial**, 2005.

MST, Setor de Educação. **Pesquisas Sobre a Escola Itinerante: Refletindo o Movimento da Escola**. Curitiba, 2009.

MST, Setor de Educação. **Pesquisas Sobre a Escola Itinerante do MST: História, Projeto e Experiências**. Curitiba, 2008.

MST, Setor de Educação. **Escola Itinerante uma prática pedagógica em acampamentos**. Porto Alegre, 2002.

MONTEIRO, Gilmar. **O Maior Assentamento Sem Terra do Brasil Num dos Maiores Latifúndios do Paraná**, Ijuí: UNIJUI, 2001.

PARANÁ. Conselho Estadual. **Normas e princípios para a implementação da Educação Básica do Campo.** Governo do Estado do Paraná. Processos nº 1337/2009 e 330/2010, Parecer CEE/BEB Nº 1011/10, 2010, 19 p.

PARANÁ. Escola Itinerante do MST

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS- LICENCIATURA, (PPC). Universidade Federal da Fronteira Sul- Campus de Laranjeiras do Sul. Laranjeiras do Sul – PR. 2013. 221 p.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak. Assentamento Marcos Freire. Rio Bonito do Iguaçu – PR. 2013. 83 p.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã. Assentamento Celso Furtado. Quedas do Iguaçu – PR. 2015. 175 p.

SAPELLI, Marlene Lúcia Siebert. **Escola do campo-espaco de disputa e de contradição:** análise da proposta pedagógica das escolas itinerantes do Paraná e do Colégio Imperatriz Dona Leopoldina. 2013.448f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SEM-TERRA, Movimento dos Trabalhadores Rurais. Escola Itinerante em acampamentos do MST. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 42, p. 235, 2001.

SENADO FEDERAL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: < <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>> Acesso em: 30 set. 2017.

VERDÉRIO, Alex; HAMMEL, Ana C. (Org.). **Formação Continuada de Educadores da Educação Básica na Região Centro-Sul do Paraná:** fortalecimento da política pública em educação do campo. Tubarão, SC: Ed. Copiart; [Laranjeiras do Sul, PR] : UFFS, 2016.

VIEIRA, Charles. **A conquista da terra e do conhecimento.** 2013. 20 f. Unicentro, curso de graduação licenciatura em Educação no Campo, Cascavel, 2013.

ANEXOS A- FOTOS DO ACAMPAMENTO

Fotografia 1 - Acampamento BR 158



Fonte: autor desconhecido, 2003.

Fotografia 2 - Local de lavar roupas BR 158



Fonte: autor desconhecido, 2003.

Fotografia 3 - Entrada na área de conflito (ARAUPEL)



Fonte: Autor desconhecido, 2003.

Fotografia 4 - Crianças no acampamento (ARAUPEL)



Fonte: Autor desconhecido, 2003.

ANEXO B- FOTOS DA ESCOLA RURAL MUNICIPAL SEMENTES DO AMANHÃ

Fotografia 5 – Equipe de educadores



Fonte: Bispo, 2007.

Fotografia 6 - Formandos da 4^o série



Fonte: Bispo, 2007.

Fotografia 7- Estrutura atual da Escola



Fonte: Arquivos pessoais do autor, 2017.

Fotografia 8- Equipe pedagógica do ano de 2017



Fonte: Arquivos pessoais do autor, 2017.

ANEXO C- ATIVIDADES REALIZADAS NA ESCOLA RURAL MUNICIPAL SEMENTES DO AMANHÃ

Fotografia 9- Reunião com os pais, início do ano letivo de 2017



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2017.

Fotografia 10-Festa Agostina, 2017



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2017.

Fotografia 11- Participação da Escola, desfile Municipal de Quedas do Iguaçu



Fonte: Arquivos pessoais do autor, 2017.

Fotografia 12- Entrada da Escola



Fonte: Arquivos pessoais do autor, 2017.

ANEXO D- FOTOS DO TRANSPORTE ESCOLAR EM PERÍODOS DE CHUVAS



Fonte: Autor desconhecido, 2014.



Fonte: Autor desconhecido, 2014.



Fonte: Arquivos pessoais do autor, 2016.



Fonte: Autor desconhecido, 2014.